

-----ATA N.º 1 DE 28 DE FEVEREIRO-----

-----Aos vinte e oito de fevereiro de 2023, pelas 21.00h reuniu a Assembleia Municipal de Torres Vedras, no edifício dos Paços do Concelho, sito na Praça do Município, nesta cidade, para uma sessão ordinária, com a seguinte ordem de trabalhos:-----

-----1 - Proposta n.º 1/CM/2023 - Alteração ao Regulamento de Organização dos Serviços Municipais;-----

-----2 - Proposta n.º 2/CM/2023 – 1.ª Revisão ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano de 2023 do Município de Torres Vedras - Integração do saldo da gerência de execução orçamental de 2022;-----

-----3 - Proposta n.º 3/CM/2023 - 1.ª Revisão ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano de 2023 dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Torres Vedras - Integração do saldo da gerência de execução orçamental de 2022;-----

-----4 - Proposta n.º 4/CM/2023 - Processo de descentralização – Diploma Setorial Freguesias – Revogação da deliberação da Assembleia Municipal de 15/12/2022 e aprovação dos recursos financeiros a transferir anualmente para a Freguesia da Freiria;-----

-----5 - Informação das comissões;-----

-----5.1 - Proposta n.º 1/AM/2023 - Apreciação do Relatório de Atividades de 2022 da Comissão Eventual de Acompanhamento ao PDM;-----

-----6 - Proposta n.º 2/AM/2023 - Extinção da Comissão Eventual de Acompanhamento ao Plano Diretos Municipal de Torres Vedras e Constituição da Comissão Permanente do Urbanismo e Ordenamento do Território;-----

-----7 - Proposta n.º 3/AM/2023 - Apreciação de informação da presidente de Câmara, acerca da atividade municipal e situação financeira do Município;-----

-----Informação sobre competências delegadas:-----

-----7.1 - Proposta n.º 4/AM/2023 - Tomada de conhecimento de cedências de parcelas de terreno para afetação ao domínio público (autorização genérica da AM de 30/11/2021);-----

-----7.2 - Proposta n.º 5/AM/2023 - Tomada de conhecimento de apoios a freguesias (autorização genérica da AM de 30/11/2021);-----

-----8 - Proposta n.º 6/AM/2023 - Votos, moções e recomendações.-----

-----Presidiu o presidente da Assembleia Municipal, José Manuel Correia, tendo sido secretariado por António Fernando Alves Fortunato (primeiro secretário) e Ana Cristina Ferraz Anacleto Clímaco Umbelino (em substituição da 2.ª secretária).-----

-----Estavam presentes os deputados municipais que se passam a indicar:-----

-----Jorge Carlos Ferreira dos Santos, Susana Maria Ribeiro Neves, António Carlos Nunes Carneiro, Luís Carlos Jordão de Sousa Lopes, Rui Manuel Estrela da Silva, Rui José Prudêncio,

Maria Manuela Hortas da Silva Pacheco, Marta Filipa Sousa Geraldês, Ana Teresa de Carvalho dos Santos, José António do Vale Paulos, Francisco Artur Gomes Corvelo, Renato António Cabral Rodrigues Monteiro, Pedro Miguel de Sousa Nunes Castelo, Ilídio Paulo Antunes dos Santos, Carlos Alberto Pontes Filipe, Sónia Alexandra Ferreira Patrício, António João Leal da Costa Bastos, Humberto Manuel Sebastião Gomes, Sérgio Augusto Nunes Simões, Tomás Horta Lourenço, Ana Isabel Marques Fiéis, Pedro Miguel Germano Bernardes, Pedro Jorge da Vaza dos Santos, António Espírito Santo, António José Silva Alves, Luis Pedro Duarte Silva, João Carlos Esteves Caldeira, Luis Miguel Antunes Batista, Nuno Alexandre Paulo Cosme, Luis Manuel Costa (em substituição de José Francisco Damas Antunes), Nuno Carlos Lopes Pinto, João Francisco Mota Tomaz, Celso Jorge Carvalhal Carvalho, David Alves Gomes Lopes, Artur Alexandre Santos Narciso e Margarida Maria Gomes Veloso de Jesus. -----

-----Faltou o membro António Augusto Ferreira dos Anjos -----

-----Estiveram ainda presentes a presidente da Câmara Municipal Laura Maria Jesus Rodrigues, e os vereadores Sérgio Paulo Matias Galvão, Dina Teresa Antunes de Sousa Almeida (em substituição de Duarte Pacheco), Francisco João Pacheco Martins, Diogo Ribeiro Oliveira Guia, Nelson Laureano Oliveira Aniceto, Secundino Campos Oliveira e Dulcineia Basílio Ramos. -----

-----A abrir os trabalhos da sessão, o **presidente da mesa** começou por agradecer à presidente da Câmara, pela oferta a todos os deputados municipais do livro "Aconteceu assim...Carnaval de Torres: Memórias e... outras histórias" da autoria de António Carneiro.-----

-----Lembrou que foi solicitada informação a todos os representantes da Assembleia Municipal em outros órgãos municipais ou entidades, com vista à elaboração do relatório do ano transato, que será agendado na sessão ordinária de abril para apreciação.-----

-----Lembrou também as datas de 25 de abril, para a sessão solene e 26 e 27 de abril, para a sessão ordinária. -----

-----De seguida informou que a segunda secretária Maria Leonor Marinheiro, não estava presente, tendo convidado para integrar a mesa, a deputada municipal Ana Cristina Umbelino, e deu as boas vindas à vereadora Dina Almeida, que se encontrava presente em substituição do Vereador Duarte Pacheco que pediu suspensão do mandato por 40 dias a partir de 27/02/2023

-----De seguida teve início o período aberto à intervenção do público, para o qual a Mesa tinha recebido duas inscrições: -----

PETIÇÃO PÚBLICA - TROÇO RAMALHAL/TORRES VEDRAS NORTE DA A8:-----

-----O **cidadão Pedro Manuel de Almeida Nunes Barata** começou por lembrar sobre a petição em título apresentada há pouco mais de um ano nesta assembleia que visava a reclassificação do troço da A8 entre os nós de Torres Vedras norte e Ramalhal, como troço de tráfego local, e que tem subjacente isenção de taxa de portagem, lamentando que esta efeméride não possa ser

acompanhada da respetiva celebração, porquanto continua por cumprir o seu objetivo, e assim veio lembrar que importa que os poderes públicos representativo dos interesses dos torrienses mantenham na sua agenda esta questão, dando resposta a necessidades perfeitamente identificadas, e que foi partilhada por todos, como se comprovou pela forma unânime como esta assembleia aprovou a recomendação sobre este tema e cujos objetivos são hoje ainda mais prementes em resultado do agravar quase diário das condições de circulação na zona.-----

-----Deixou algumas notas breves e factuais sobre o desenrolar do processo até esta data, depois da aprovação e envio da recomendação desta Assembleia à Câmara Municipal a 5 de julho do ano passado, que terá oficiado o Ministro das Infraestruturas e solicitado reunião para explicar esta questão, tendo ele próprio em reunião de câmara no dia 31 de janeiro solicitado o ponto de situação, obtendo como resposta que a reunião ainda não se tinha realizado e que se iria insistir com o novo ministro, ou seja ou seja, em factos concretos, o que têm é a ausência de resposta por parte do ministério a um pedido de reunião, durante cerca de 4 meses.-----

-----Deixou também algumas notas sobre a questão da eventual necessidade de alteração contratual com a concessionária e da sua já propalada complexidade, para reforçar que a questão do ajustamento contratual eventualmente necessário relativamente à proposta que foi apresentada para este troço da A8 não venha a ser invocado como obstáculo, porque, havendo vontade política e perceção do interesse público, algumas semanas provaram já ser suficientes como o comprova a publicação em 29/12/2022 de decreto-lei de alteração do regime contratual, em resposta do governo à informação transmitida pelas concessionárias de autoestradas, que nos termos dos respetivos contratos aos aumentos de tarifas previstas para 2023 se iriam situar em 9%.-----

-----Nessa sequência e também em finais de dezembro o governo anunciou que 2023 limitaria o aumento das portagens em 4,9%, mas no troço da A8 que é objeto da proposta foi de 6,7%, ou seja, quase 2 pontos percentuais acima do anunciado. Não percebe como é isto possível e se a ideia é atirar mais carros para o centro da cidade, estão no caminho certo.-----

-----Concluiu que a balança parece que pende sempre para o mesmo lado ou, como diria um deputado esta assembleia, a propósito da célebre guerra das portagens do Oeste, “os torrienses continuam a pagar, enquanto os bombarralense e os caldenses não” mas compete aos torrienses fazer a sua parte. Insatisfeitos com o desenrolar dos acontecimentos até à data, resta esperar por melhores notícias nos tempos mais próximos, pelo que estão disponíveis para colaborar no que a autarquia entenda adequado.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

AGRADECIMENTO PÚBLICO:-----

-----O *cidadão João Pedro Alves* disse que vinha expressar um agradecimento público pela organização da Sessão Temática da Assembleia Municipal de Torres Vedras, sobre o “Cluster

Alimentar do Concelho”, que debateu muitos problemas que são transversais a muitos “clusters”, que o levou a deixar como sugestão para sessões temáticas futuras os temas da habitação, tendo em conta a revisão do PDM em curso, a Carta Local de habitação e as propostas do governo neste âmbito e também da educação desde o pré-escolar ao secundário, incluindo escolas profissionais, e universidades. -----

----Salientou a importância destas sessões temáticas, para as quais deviam também ser convidados para estar presentes responsáveis do centro de emprego, tendo em conta a transversalidade das áreas envolvidas e a necessidade de atrair pessoas para o mercado de trabalho. -----

----Prestou de seguida um agradecimento à presidente de Câmara por ter respondido a todos os cidadãos que intervieram na sessão ordinária de dezembro. -----

----Terminando disse que teve o prazer de ler o PESCO e queria sugerir ao Grupo Municipal do PSD para retirar do programa que a localização do novo hospital do Oeste devia ser em Torres Vedras ou em Campelos, para acentuar a união entre as forças políticas do concelho de Torres Vedras. -----

----Ainda sobre este assunto, também agradeceu ao Vereador Duarte Pacheco que não se encontrava presente, por ter defendido a presidente da Câmara de Torres Vedras perante deputados do PSD de Caldas da Rainha. -----

----A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

----Início do período antes da ordem do dia: -----

LEITURA DA CORRESPONDÊNCIA: -----

----O primeiro secretário António Fortunato leu a correspondência recebida pela mesa, tendo sido numerados e rubricados três documentos, os quais irão ficar arquivados em pasta própria, anexa ao livro das atas. -----

DOCUMENTO 1: -----

----Ofício número 1026, de 28/02/2023 a dar conhecimento, em cumprimento do deliberado, por unanimidade, pela Câmara Municipal nesta data, da tomada de posição conjunta do Executivo Municipal, relativa à construção do futuro Centro Hospitalar do Oeste, tendo em conta as recentes tomadas de posição públicas sobre este assunto. -----

SUBSTITUIÇÃO AO ABRIGO DO ART.º 78.º DA LEI N.º 169/99 DE 18/09, NA SUA ATUAL REDAÇÃO: -----

DOCUMENTO 2: -----

----E-mail de Maria Leonor Marinheiro, 23/02/2023 a informar que não poderá estar presente na sessão e a solicitar a sua substituição. -----

----Foi convocado e encontrava-se presente Artur Alexandre dos Santos Narciso. -----

SUBSTITUIÇÃO AO ABRIGO DO ALÍNEA C) DO ART.º 18.º DA LEI N.º 75/2013, DE 12/09, NA SUA ATUAL REDAÇÃO:-----

-----E-mail do presidente de junta da União de Freguesias de Campelos e Outeiro da Cabeça, José Damas Antunes, de 28/02/2023 a informar que por dificuldades de mobilidade pessoal, solicita a sua substituição pelo secretário da junta Luis Manuel Costa. -----

-----A Assembleia tomou conhecimento da correspondência recebida.-----

-----Teve inicio o período da ordem do dia.-----

NOVO HOSPITAL DO OESTE:-----

-----Pedi a palavra o *deputado municipal Francisco Corvelo*, para se pronunciar sobre o assunto em título, começando por lembrar que consagra a constituição portuguesa o inalienável direito à saúde, consagrado no art.º 64.º, que afirma no seu n.º 3 "Para assegurar o direito à proteção da saúde, incumbe prioritariamente ao Estado: a) Garantir o acesso de todos os cidadãos, independentemente da sua condição económica, aos cuidados da medicina preventiva, curativa e de reabilitação; b) Garantir uma racional e eficiente cobertura de todo o país em recursos humanos e unidades de saúde". -----

-----Nesta sequência disse ser preocupante que passados mais de 50 anos sobre a aprovação destes princípios constitucionais, os mesmos não sejam um dado adquirido e as populações tenham de se mobilizar para exigir o cumprimento de um direito tão fundamental como o direito a terem um médico de família. -----

-----Frisou que o PCP não enjeita a responsabilidade que lhes cabe de dar corpo e voz a estas justas reivindicações, bem como a prestar contributo na organização desta luta que é de todos, o que se percebe pela crescente adesão de cada vez mais cidadãos às ações de luta que têm vindo a levar a cabo no sentido de exigir médicos de família nas localidades onde não existem, nalguns casos já há larguíssimo tempo. -----

-----Acrescentou que as populações sofrem na pele este problema, que se deve a políticas por parte do governo e especificamente por parte do Ministério da Saúde que de há anos a esta parte não só desenvolve políticas que não resolvem os problemas como ainda agrava esses mesmos problemas, tornando-se obviamente necessário que o poder local, que representa estas populações redobre o esforço no sentido de exercer pressão junto do ministro da saúde e da sua equipa para resolver esta questão. -----

-----Anotou também que já perceberam que o ministro da saúde é muito sensível à questão da localização e construção do Novo Hospital do Oeste, e após assumir o compromisso de decidir perante o estudo efetuado pela Universidade Nova e unanimemente apresentado pela OesteCIM logo se apresta, por mera pressão de dois executivos municipais da OesteCIM e um exterior à mesma, a levar em igualdade de procedimento as posições dissonantes de quem de uma hora

para a outra dá o dito por não dito e contesta aquilo que anteriormente aprovou, admitindo mesmo adiar o prazo no qual se havia comprometido tomar uma decisão.-----

-----Assim, reforçou que não podem aceitar que se continue a tratar questões tão sérias quanto estas de forma tão leviana e irresponsável e naturalmente exortam a que se intensifique e mantenha a pressão para que o governo não só decida de uma vez por todas a localização e construção do Novo Hospital do Oeste, pressão esta que se traduz nas tomadas de posição já conhecidas por parte do executivo municipal que naturalmente saúdam, como se cumpra o preceito constitucional de garantir saúde para todos os oestinos em geral e os torrienses em particular.-----

-----Sobre este assunto, pediu a palavra o *deputado municipal* **António Carneiro**, para frisar que tal como sempre disse, o presidente da Câmara das Caldas vai querer provar que é mais caldense que todos os anteriores presidentes de câmara, porque é um dissidente do PSD e vai querer provar aos seus eleitos. Lamentável é que o PS tenha ido atrás dessa conversa, porque também não quer perder eleitores e, portanto, aquilo que estão a assistir é apenas uma tentativa de afirmação de caldenses que têm complexos.-----

-----Na sua opinião estão a dar demasiada importância, porque efetivamente é meramente uma questão interna em que o presidente da Câmara de Óbidos, que é novo e sem experiência, vai atrás do de Caldas, considerando que se trata apenas de uma tentativa de afirmação dos caldenses, que além do mais, pertencem a Leiria que não gostam e Torres Vedras pertence ao distrito da capital.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

FORÇA OPERACIONAL CONJUNTA NACIONAL - MISSÃO INTERNACIONAL DE APOIO AO CHILE:-----

-----O *Presidente de Junta da União de Freguesias de Maxial e Monte Redondo*, **Celso de Carvalho** interveio no sentido de parabenizar os três bombeiros torrienses, Emanuel Santos, Ricardo Alexandre e Luís Firmino que já estão de volta a casa após integraram a força internacional em título composta por 144 europeus, que esteve de 11 a 28 de fevereiro numa missão de apoio ao Chile a atravessar uma das piores vagas de incêndios florestais dos últimos tempos.-----

-----Aproveitou para manifestar o seu orgulho por terem torrienses que se disponibilizaram para estar 17 dias fora de casa, neste tipo de missões, solicitando que presidente da Assembleia Municipal, também presidente da Mesa da Assembleia Geral dos Bombeiros Voluntários fizesse chegar este reconhecimento a estes três bombeiros que representaram Torres Vedras na América do Sul.-----

-----O *presidente da Assembleia* agradeceu ao deputado assegurando que na próxima

Assembleia Geral faria esse reconhecimento, em nome de todos, a estes três bombeiros que integram um excelente corpo ativo.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

CARNAVAL DE TORRES VEDRAS – 2023:-----

-----Relativamente ao evento em título, que a seu ver de uma forma geral correu bem, a deputada municipal **Marta Geraldês** interveio no sentido de enaltecer o reforço de segurança e de emergência médica, mesmo com os constrangimentos que se verificam no Hospital de Torres Vedras.-----

-----Acrescentou que tinha apenas que fazer alguns reparos construtivos para futuro, no sentido de o melhorar, mas que em nada punham em causa o sucesso a nível geral do evento. Assim e mais concretamente anotou que este ano não foram colocados os tradicionais urinóis, e as casas de banho foram poucas, apesar de ter a noção que mesmo com casas de banho vazias, as pessoas não as utilizam e preferem utilizar a rua. No que se refere à limpeza, não obstante o enorme esforço que foi feito pelos trabalhadores da junta e da câmara municipal, para Torres Vedras acordar com a cidade o mais limpa possível, continuam a haver passeios, em especial junto aos prédios, onde seria importante que fosse feito um reforço generalizado da lavagem todos os dias do evento para evitar o odor desagradável que permaneceu na cidade.-----

-----Deu nota ainda que tiveram conhecimento de alguns constrangimentos por parte de residentes das artérias circundantes à zona vedada do recinto, porque as ruas continuaram vedadas para além do horário estipulado, situação que a organização devia repensar, assim como devia repensar a realocação ou o reforço das bilheteiras, tendo em conta as longas filas e tempo de espera que se verificaram nas entradas do lado baixo da cidade, onde se localizam a maior parte dos parques de estacionamento, comparativamente com outras que estavam vazias.-----

-----Por último abordou a questão do aumento do preço dos bilhetes que se verificou este ano, embora sabendo que o *kit* encareceu em parte, mas no que se refere ao bilhete diário deviam aferir se o incremento dos custos do evento justifica este aumento. Assim, sugeriu que podiam tentar reduzir o preço, e também equacionar a possibilidade de ser criado o “bilhete família”, tendo em conta o que representa o valor do bilhete para famílias de baixos rendimentos, para participar num Carnaval que devia ser de todos, embora também sabendo que a Câmara Municipal já disponibiliza gratuitamente muitas pulseiras aos moradores que estão dentro do curso.-----

-----Também para falar do Carnaval pronunciou-se o *deputado municipal António Carneiro*, expressando os seus parabéns pela à Promotorres, Câmara Municipal e Junta de Freguesia da cidade e a todos os trabalhadores envolvidos na organização do evento, que foi muito prestigiante.

-----Aproveitou esta sua intervenção para chamar a atenção do plenário que a comissão consultiva para as comemorações do centenário do Carnaval, da qual faz parte, recebeu dezenas

de propostas para o programa do centenário que decorrerá até ao próximo Carnaval e que fez um trabalho muito meritório, apresentando um programa muito digno que o valorizará todo o ano, -----

-----Aproveitou também para recordar com muita saudade Afonso Umbelino, um dos colegas que o acompanhou e que faleceu recentemente.-----

-----Acrescentou que há cerca de mês e meio leu um artigo no jornal que o deixou preocupado pois referia que em 13/03/1984, enquanto vereador da cultura, em sede do Executivo propôs que “se municipalizasse o Carnaval”, mas jamais lhe passou pela cabeça, conforme diz o artigo, que o “transformasse num carnaval da burguesia, longe da festa popular que têm, livre e irreverente, pelo que faz “mea culpa”.-----

-----Em concordância com as intervenções proferidas sobre este tema a **presidente da Câmara**, manifestou o seu agrado pela forma como decorreu o evento, para o qual contribuiu o espírito folião e boa disposição dos torrienses, sendo de salutar que teve menos ocorrências do que em 2020 o que a todos satisfaz. Nesta sequência expressou um agradecimento pela coordenação dos serviços aliados à segurança e ao socorro, especificamente à PSP, aos Bombeiros, ao Serviço Municipal de Proteção Civil e à GNR.-----

-----Para além destas entidades, a Cruz Vermelha também teve um papel essencial assim como a empresa de segurança contratada, ou seja, as forças de segurança e socorro foram extraordinariamente importantes, trabalhando de uma forma muito coordenada e eficaz através de um posto de comando centralizado nos Bombeiros, e um outro espaço na Biblioteca Municipal. A criação do posto médico avançado também foi essencial para o bom funcionamento, lembrando que foi dos grandes eventos do país, o único a ter um posto médico avançado, que operou muito bem e a existência desta primeira linha permitiu algum conforto no funcionamento do hospital durante as festividades.-----

-----Disse ainda que a deputada Marta Geraldês fez referência a algumas situações, de que todos se aperceberam e foram elencadas para serem analisadas ao longo deste ano no sentido de refletir sobre a possibilidade de melhoria para que possam fazer algumas alterações e pensar o que pretendem que seja o futuro o Carnaval.-----

-----Informou ainda que vão fazer reuniões com as associações e entidades envolvidas na organização deste evento para fazer uma avaliação conjunta e desse modo ter algum *feedback* mas crê que de uma forma geral estão contentes e de parabéns.-----

-----Relativamente ao centenário, salientou que se iniciou agora e decorre até ao dia 14 de fevereiro do próximo ano, com um orçamento global de €400.000,00 para um programa muito variado e muito substantivo, que foi trabalhado com as diversas comissões, para o qual obtiveram imensas propostas que foram selecionadas.-----

-----Espera que todas as atividades programadas para comemoração do centenário e a decorrer

ao longo ao longo deste ano sejam muito participadas para todos conhecerem as tradições ligadas ao Carnaval de Torres Vedras. -----

----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

QUIOSQUE DO JARDIM DA GRAÇA:-----

----A *deputada municipal Marta Geraudes*, reportou-se ao quiosque em título para questionar se a alteração de uso de tabacaria para venda de bebidas não implicaria novo concurso, solicitando os devidos esclarecimentos.-----

----Relativamente a esta questão a *presidente da Câmara* informou que se mantém o uso de comércio para o qual já estava licenciado e neste caso será só comércio de vinhos. -----

----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

TOPOMINIA - HOMENAGEM AO CORONEL VITOR ALVES:-----

----O *deputado municipal António Carneiro* lembrou que a Assembleia Municipal aprovou em 21/02/2021 uma recomendação para homenagear o Capitão de Abril, Vitor Alves que deveria ser traduzida na atribuição de rua/praçã condigna e/ou colocação de placa evocativa no prédio onde residiu. -----

----Nesse sentido sugeriu que a avenida que está em ser construída até ao centro de saúde seria digna para o efeito. -----

----A *presidente da Câmara* informou que está elencada para dar sequência e provavelmente será efetivada nas comemorações dos 50 anos do 25 de Abril.-----

----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

EXPOSIÇÃO MASCARADA POLÍTICA: O CARNAVAL NA OBRA DE RAFAEL BORDALO PINHEIRO (1870-1905):-----

----O *deputado municipal Pedro Castelo* realçou, com muito agrado, a decisão de prolongar a exposição em título, a decorrer no Centro de Artes e Criatividade, uma das melhores que já se realizou no concelho de Torres Vedras, apelando a todos os que gostam e vivem o Carnaval fossem ver a exposição, para perceberem a sua génese e poderem refletir sobre o que querem para o seu futuro.-----

----A *presidente da Câmara* concordou que se trata de uma exposição fabulosa, que tem sido alvo de um trabalho muito interessante por parte do serviço educativo do CAC que tem ajudado na sua divulgação. -----

----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

PAVIMENTO DA ESTRADA EM PARALELÍPEDOS JUNTO AO CAC - RUA LEONEL TRINDADE:-----

----O *deputado municipal Pedro Castelo* disse que recebeu da presidente da Câmara resposta à questão que fez sobre a obra em título, e ficou a saber que foi adjudicada por € 1.274.575,00 (+

IVA), tendo a sua receção sido em 30/09/2020, com a garantia de 5 anos, sendo o valor retido 10% do valor de adjudicação, ou seja € 127.458,00, questionando se o município quer ou não resolver esta questão, pois os meses vão passar e o piso está a agravar-se pelo que vai estar atento a uma decisão definitiva sobre o assunto. -----

-----Sobre esta questão a **presidente da Câmara** deu nota que nos próximos dias terão uma reunião com a empresa, uma vez que estão a tentar que não seja apenas a Câmara Municipal a suportar as despesas da reparação da via, porque a empresa se tem recusado a assumir a sua totalidade, alegando que não teve condições nem tempo para realizar o trabalho da melhor forma.

-----Assim têm tentado resolver a questão, mas sem descurar que a responsabilidade é da empresa, o que lamentavelmente está difícil e a demorar mais tempo do que seria desejável. -----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

EDIFÍCIO JUNTO AO MERCADO MUNICIPAL:-----

-----O *deputado municipal João Bastos*, lembrou que faz um ano que este órgão autorizou a celebração de contrato de permuta de lotes e fração autónoma destinada a serviços públicos a construir entre o município de Torres Vedras e a sociedade comercial designada Gioab, Lda., tendo o Grupo Municipal do PSD sido o único a votar contra, pelo que gostaria de saber se já foram entregues, como a lei prevê, os projetos de especialidades, se já foram aprovadas e se já foi emitido o alvará de licença da obra, ou se não foi o caso, já declarou a caducidade do processo.-----

-----Lembrou ainda que não foi o atual Executivo Municipal que conduziu mal o processo, foram os anteriores, mas já todos viram que o caminho que está a ser seguido não vai resolver a situação, e como o terreno está registado a favor da autarquia sem ónus nem encargos, a seu ver só há um caminho, que passa por tomar posse administrativa do terreno e fazer uma hasta pública, senão o processo vai-se eternizar.-----

-----A **presidente da Câmara** informou que já foram entregues os projetos de especialidades que estão em análise pelos serviços técnicos.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

FREGUESIA DA PONTE DO ROL – MÉDICO DE FAMÍLIA – USF:-----

-----O *deputado municipal Rui Prudêncio* começou por lembrar que já hoje tinham sido levantadas preocupações relativamente aos cuidados de saúde primários, as quais partilham e para o qual andam sempre à procura de soluções, pelo que tem um requerimento oral a fazer à mesa que talvez os ajude a resolver algumas questões.-----

-----Assim deu nota que na última Assembleia Municipal, o senhor presidente da junta de Ponte Rol afirmou que a junta a que preside “contratou um médico e não há mais porque não querem”, e ao Badaladas de 02/02/23 afirmou que a população tem médico 2 vezes por semana, para o qual

a “ARSLVT paga uma parte dos honorários e a junta suporta o valor restante”.-----
----Nesta sequência e deduzindo que tenha existido algum tipo de acordo/protocolo com entidades públicas, solicitou que o Presidente da Assembleia diligencie junto da Junta de Freguesia da Ponte Rol, do ACES e da ARSLVT que lhes forneça o dito acordo, para poderem aferir a possibilidade de o replicar noutras juntas, porque os bons exemplos devem ser replicados e se alguém encontrou uma solução, e era bom para todos terem conhecimento da mesma.-----
----Nesse mesmo Badaladas consta que os vereadores do UTV apresentaram proposta em que defendem que seja a Câmara Municipal a contratar uma equipa de 5 médicos para uma USF deixando o repto no sentido de disponibilizarem o quadro legal que o iria permitir, porque se existir, estarão disponíveis para avaliar essa possibilidade.-----
----Pedi a palavra o *presidente de junta da Ponte do Rol, Pedro Vasa* para explicar que não há qualquer tipo de acordo nem com o ACES Sul nem com a ARSLVT, porque o que existe resultou da abertura por parte do ACES Sul para contratar um médico se a junta conseguisse esse médico. Nesse sentido a junta chegou a um acordo com uma empresa, que disponibiliza um médico durante 10 horas, que foi apresentado ao ACES e que paga o valor remanescente cabendo à junta 400 euros, lamentando que lhe tenham negado os serviços desse médico mais 5 horas como já solicitou, com o argumento que depois os outros não têm, mas a realidade é que não têm porque não querem.-----
----Salientou que falam apenas de 400 euros por mês e por este valor só não faz mais pela população da freguesia se não puder.-----
----Relativamente ao artigo do Badaladas disse que se certamente se explicou mal, pois o acordo que há é entre a junta e a empresa. Deram à ACES Sul o nome de um médico que estava disponível para prestar serviço um determinado número de horas, defendendo que até estavam disponíveis para pagar mais horas, pois mesmo com este médico a trabalhar 10 horas, têm 70 pedidos de receitas em atraso.-----
----Reforçou que estão a falar de 400 euros por mês, lamentando os seus colegas não o tenham feito também, porque estão a falar de valores irrisórios para os orçamentos das freguesias. Não é a melhor solução e espera que não seja uma solução definitiva, mas por agora é uma solução que ajuda aqueles que mais precisam.-----
----Comentando a intervenção do líder da bancada do PS o *deputado municipal Rui Estrela*, inquiriu como é que alguém que é responsável por uma Comissão de Saúde desta Assembleia aguarda por uma sessão para perguntar a um presidente de junta do município, o que fez para resolver o problema.-----
----Frisou que o autarca respondeu com objetividade, ou seja, agiu. Também acha que têm que agir senão nada acontece.-----

-----Reforçou que se o colega Rui Prudêncio tinha dúvidas, já devia ter perguntado há muito tempo, porque este tema é falado de Assembleia em Assembleia. -----

-----Aproveitou para lembrar que os vereadores do UTV apresentaram no final de janeiro ao Executivo Municipal, a proposta número 37 relativamente à constituição e implementação de uma Unidade de Saúde Familiar, Modelo A, no Centro de Saúde da Ventosa, que é possível fazer-se e há mais juntas e municípios do país do PS que o fazem. Esta USF seria constituída por uma equipa de 5 médicos, 5 enfermeiros, 5 secretários clínicos e 3 assistentes operacionais que este movimento cívico conseguiu reunir e que estão prontos a trabalhar em conjunto. Estimam que custaria à Câmara Municipal cerca de €250.000,00 por ano e que é possível pô-la a funcionar no espaço de um mês ou dois, no máximo. -----

-----Insistiu que as pessoas estão disponíveis, são médicos que já trabalharam no concelho, é possível, é preciso pôr em prática, e é possível agir, assim se queira fazer esse caminho. -----

-----Abordando esta última questão da equipa para a USF da Ventosa, a **presidente da Câmara** disse que ficaria muito satisfeita se a autarquia tivesse disponibilidade de €250.000,00 para a Ventosa, assim como €500.000,00 para A-dos-Cunhados, porque tem mais do dobro da população e mais €250.000,00 para cada uma das outras unidades, mas o que realmente precisava é que fosse o Ministério da Saúde a custear esses valores. Acrescentou que como não acha que as freguesias são diferentes umas das outras e que todas têm direito de ter médico de família, a Câmara Municipal não vai fazer um investimento desta natureza para uma freguesia específica. -----

-----Nesta sequência, afirmou que têm que lutar para ter os médicos de família que efetivamente são necessários e cuja competência relativamente a pagamentos e colocações são do Ministério da Saúde, embora a autarquia esteja completamente disponível para negociar com este ministério, para ir à procura dos médicos e negociar diretamente com eles, e para negociar tudo o que ajude a mitigar a situação da saúde no concelho, mas não pode disponibilizar o orçamento da Câmara Municipal para esse efeito. -----

-----Não é da competência da autarquia e o Ministério da Saúde tem que tomar conta deste assunto e assim não acha estranho que a Câmara Municipal não ponha “apenas” €250.000,00 na USF da Ventosa. -----

-----Ainda sobre este assunto pediu a palavra o *deputado municipal Rui Prudêncio*, para dizer que começa a ficar cansado destas questões demagógicas de propor e de não saberem o que estão a propor. -----

-----Quanto ao “agir” garantiu que todos os presentes agirão de imediato, mas sempre de acordo com a lei, porém não vão contar com ele, e acredita que com mais ninguém, para agir contra a lei ou sem a lei. Nesse propósito reforçou o pedido que fez à UTV para que lhes indicasse o quadro

legal que lhes permitiria criar uma USF, porque o Decreto-Lei n.º 298/17, de 22/08 que estabelece o regime jurídico da organização e do funcionamento das unidades de saúde familiar (USF) em nenhum artigo diz que uma câmara municipal o pode fazer.-----

----Defendeu ainda que antes de propor, deviam ver as leis, lembrando ainda que o número de USFs a constituir, é estabelecido anualmente por despacho conjunto dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da saúde, atualizado até 31 de janeiro de cada ano. Acrescentou que compete ao Ministério Saúde, não só de aceitar a constituição das USF, mas também de contratar e pagar, conforme aquilo que está estabelecido neste normativo e deste modo, quando vêm propor que a Câmara Municipal contrate 5 médicos, querem saber a base legal que permite fazer isto, porque se for encontrada essa base legal, garante que no dia a seguir, encontrarão solução para contratar médicos para o concelho de Torres Vedras. -----

----Para responder ao colega pediu a palavra o *deputado municipal Rui Estrela*, esclarecendo que a proposta que mencionou, visa utilizar o edifício da Ventosa que merece uso porque foi um grande investimento que foi feito e serviria 3 freguesias, Ventosa, Freiria e Turcifal, para um total de 11.000 pessoas. -----

----Sabe que gastar dinheiro num lado e não gastar noutro é uma opção porque o orçamento é limitado, mas são opções, e se optam por gastar €500.000,00 em inaugurações e festas, pensa que a saúde está primeiro. Nesse sentido a sua opinião segue a do autarca da Ponte do Rol, que devem servir a população que precisa de médicos, sugerindo que o responsável pelo Grupo Municipal do Partido Socialista converse com o Presidente da Junta Pedro Vaza para perceber como está a fazer pois devem seguir este bom exemplo, seja em Torres Vedras ou em qualquer ponto do país. -----

----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

PLANO DE MOBILIDADE E TRANSPORTES DO MUNICÍPIO DE TORRES VEDRAS:-----

----Em nome do UTV o *deputado municipal Jorge Santos*, reportou-se ao Plano de Mobilidade e Transportes no concelho de Torres Vedras, para voltar a referir o que já disse em 14/12/2022, a propósito do estado caótico do trânsito na cidade, da forma lenta como os veículos se deslocam, da poluição que provocam e do caos mais ou menos instalado e que urge tal como na altura lançou o repto, começar a tomar medidas relativamente às variantes que contornam a cidade de forma a retirar o trânsito da mesma.-----

----Sabem que foi feito um estudo há uns anos atrás pela autarquia e também sabem a quantidade de automóveis que entram na cidade e que tipo de deslocação fazem diariamente, sendo possível paulatinamente começarem a desenhar soluções para o futuro, no sentido de diminuir o impacto ambiental, o ruído, e a poluição, começando a preparar as variantes à cidade, tais como a variante Norte e Sul já previstas no Plano Diretor Municipal de Torres Vedras.-----

-----A propósito desta questão de mobilidade, referiu ainda que na cidade as passadeiras estão invariavelmente mal colocadas, não estão sinalizadas e algumas delas representam um verdadeiro perigo, quer para os peões, que as atravessam, quer para os automobilistas que cruzam a estrada sobretudo à noite, designadamente na Avenida Humberto Delgado e urge tomar medidas a este nível. -----

-----Chamou também a atenção para as ciclovias, pois embora a UTV já tenha dito em plenário que são inteiramente favoráveis às mesmas, a maior parte dos traçados são manifestamente infelizes, e a forma como foram concebidas representa um risco acrescido, quer para quem nelas circula, quer para os peões que se cruzam e que têm necessidade de atravessar as vias ou até os próprios automobilistas, e portanto também urge repensar alguns dos traçados nomeadamente na cidade, porque, por incrível que pareça, permitem circular na cidade, mas na maior parte dos casos, não permitem sequer chegar a localidades que estão próximas. -----

-----Especificou ainda que a nível dos transportes públicos afigura-se-lhes que seria relevante, pensar num programa de gratuidade para jovens até aos 18 anos e para os idosos e desta forma, provavelmente, conseguiriam incentivar a sua utilização, que necessariamente começarão a ser menos poluentes quando conduzidos com energia elétrica. -----

-----Sobre este assunto e no caso particular das passadeiras a **presidente da Câmara** disse terem a noção que existem algumas que estão mal colocadas, mas tem havido algumas alterações e melhorias nesse sentido e também já está em marcha um procedimento para avançar com uma empreitada para a melhoria da sinalização e do próprio do piso. -----

-----No que concerne aos transportes públicos urbanos, esclareceu que dentro da cidade para os jovens estudantes é gratuito e para os idosos existe uma redução para maiores de 55 anos, concordando que a tendência dos transportes movidos com energia elétrica é o caminho e consta do programa do PS alcançarem esse ponto. -----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

APROVAÇÃO DAS ATAS ANTERIORES: -----

-----O **presidente da Mesa** colocou à votação a ata n.º 7 de 14 e 15 de dezembro do ano transato, tendo a Assembleia Municipal, após correção ao ponto 11 conforme alerta do deputado Rui Estrela, aprovado por unanimidade o texto definitivo da ata apresentada. -----

-----De seguida submeteu à consideração do plenário o pedido de alteração à ordem de trabalhos formulado pelos diferentes grupos municipais, de modo a que passassem de imediato ao ponto 8, o que teve a anuência de todos os presentes. -----

8 - PROPOSTA N.º 6/AM/2023 - VOTOS, MOÇÕES E RECOMENDAÇÕES: -----

MOÇÃO: EXIGÊNCIA DE TOMADA DE DECISÃO SOBRE A LOCALIZAÇÃO E TIPOLOGIA PARA O NOVO HOSPITAL DO OESTE: -----

-----O **Presidente da Assembleia** disse que iria ler a moção que redigiu e que foi subscrita por todos os líderes dos grupos municipais, já com a inclusão de uma alteração no ponto 1 da versão que tinha sido previamente distribuída, da qual deu a devida nota. -----

-----**Mocção:**-----

-----“Considerando:-----

-----1-Que se lamenta, profundamente, um adiamento publicitado pelo presidente da Câmara das Caldas da Rainha por um mês, da tomada de decisão do Senhor Ministro da Saúde, que publicamente assumiu a data de 31 de março, sobre a localização e tipologia para o novo hospital do Oeste;-----

-----2-Que é deveras ingrato e revoltante, por já ser incompreensível para todos os Torrienses, estarmos mais uma vez à espera duma decisão, quando o Oeste há muito que necessita de um hospital de “fim de linha”, equiparado e integrado na rede hospitalar circundante: Loures, Leiria e Santarém;-----

-----3-Que agora já só devíamos estar focados e a lutar pelos investimentos necessários nos hospitais que compõem o atual Centro Hospitalar do Oeste, para que juntos com o novo hospital se transformem numa rede de cuidados de saúde hospitalares de “última geração”;-----

-----4-Que é a construção desta rede de cuidados de saúde hospitalares, em interação com outros serviços de saúde, que promove e salvaguarda a saúde dos Oestinos e não unidades hospitalares de base concelhia ou sub-regionais, que naturalmente não se justificam, nem poderão possuir todas as valências de um hospital de “fim de linha”;-----

-----5-Que temos de manifestar o nosso mais expressivo repudio pela incoerência política manifestada neste final de processo - já de si tão longo, penoso e sofrido para as Gentes do Oeste -, que os atuais responsáveis políticos das Camaras de Óbidos e das Caldas da Rainha estão a demonstrar. E estão a fazê-lo com base em pressupostos demagógicos, irreais e de grande falta de respeito por muitos, nomeadamente pelas outras “Terras e Gentes” dos outros Concelhos do Oeste. Também não estão a defender os seus municípios, tão só os seus efémeros e fúteis interesses eleitorais. -----

-----6-Que esperamos, muito sinceramente, que os comportamentos dos atuais representantes políticos das Caldas da Rainha e de Óbidos não tragam ainda maiores custos a todo este processo. Mas tragam ou não, desde já ficámos, muito bem, a saber o que podemos contar dos mesmos;-----

-----7-Que a cidade e o concelho de Torres Vedras, através dos seus representantes políticos, em unanimidade nesta Assembleia Municipal, com o apoio expresso e unanime de todo o Executivo Municipal, reiteram a sua solidariedade e fraternidade com todos os Oestinos. Nós não reclamamos, quando até, muito mais do que todos, o podíamos fazer, que o novo hospital aqui

fosse construído. Não, nunca serão os Torrienses a prejudicar os Oestinos, pois sabemos que se hoje o Concelho é, incomparavelmente, o maior e mais importante espaço demográfico, económico, educativo e cultural da região, também muito se deve ao nosso Oeste. -----

-----Propõe-se:-----

-----1-Que não se adie mais nenhuma vez a tomada de decisão sobre a localização e tipologia para o novo hospital do Oeste;-----

-----2-Que esta decisão respeite os consensos havidos nos diferentes Órgãos da OesteCim, ao longo de todo o processo realizado para se sustentar o local e tipologia de construção do novo hospital do Oeste;-----

-----3-Que a localização do novo hospital seja, obrigatoriamente e geograficamente, central na região, para que os tempos de acesso pelas populações que serve sejam os mais equitativos possíveis, como é proposto no estudo que foi realizado por uma entidade mais que credível e acima de qualquer suspeita;-----

-----4-Que esta Moção seja enviada às Autoridades de Saúde concelhias, mais às regionais e nacionais com responsabilidades diretas neste processo;-----

-----5-Que esta Moção seja enviada à Assembleia Intermunicipal do Oeste e a todas as Assembleias Municipais e Camaras Municipais integrantes da OesteCim;-----

-----6-Que esta Moção seja enviada a Órgãos de Comunicação Social, concelhios, regionais e nacionais.-----

-----O Presidente da Assembleia Municipal - José Manuel Correia.-----

-----Todos os Líderes de todos os Grupos Municipais: Rui Prudêncio, Luís Carlos Lopes, Jorge Santos, Francisco Corvelo, Pedro Castelo, Renato Monteiro e Carlos Filipe”.-----

-----Pedi a palavra o *deputado municipal Rui Prudêncio* que começou por dizer que hoje se confrontava com sentimentos opostos: feliz por ao fim de quase dois anos, em que muitas vezes sozinho, defendeu a realização deste estudo, sentir-se acompanhado por todos os que finalmente perceberam a importância da realização e defesa do estudo que lhes permitirá ter um novo hospital no Oeste e triste, porque parece que existem alguns que querem voltar ao início. -----

-----Frisou que foram 20 anos de egoísmos, incompetência, golpes políticos e 20 anos de sofrimento das populações oestinas, impedidas de ter cuidados de saúde condignos e em tempo e qualidade. -----

-----Anotou que, agora que finalmente, têm tudo para terminar com estes 20 anos de sofrimento, vemos presidentes das Caldas da Rainha e de Óbidos, que votaram e aceitaram por unanimidade o estudo de localização do Novo Hospital, renegar as suas conclusões, porque afinal a localização definida por critérios estritamente técnicos, não indica o seu quintal.-----

-----Lamentou que todos aqueles que ao longo destes 20 anos andaram a discutir e argumentar

um hospital para o seu concelho, nunca tenham percebido que os cuidados hospitalares evoluíram de tal forma que os pequenos hospitais concelhios não servem as populações que deles necessitam e hoje são confrontados no Oeste com cuidados hospitalares divididos em 3 hospitais (Torres Vedras, Caldas da Rainha e Peniche) e que por terem de dividir recursos, não dão resposta às nossas necessidades.-----

-----Defendeu que querem um hospital de final de linha, que não os obrigue a serem transferidos de hospital em hospital, porque os equipamentos existentes não têm recursos e não querem continuar a dar entrada em Torres Vedras, Caldas da Rainha ou Peniche, para depois serem transferidos para Lisboa ou Leiria. Esse não é um hospital concelhio, tem de ser um hospital para toda a nossa região Oeste. -----

-----Prosseguiu lembrando que em resposta a esta exigência, o executivo da OesteCIM, protocolou com o governo a realização de um estudo técnico que desse resposta não só à futura localização do novo Hospital do Oeste, mas também à sua dimensão, serviços e perfil assistencial, uma deliberação tomada por unanimidade, ou seja, também pelos presidentes de Caldas da Rainha e de Óbidos e foi criada uma comissão para acompanhamento da sua realização composta pela OesteCIM/ARS/CHO. -----

----- Lembrou ainda que a construção e localização de um hospital que abarque toda a população de uma região, apoia-se em critérios absolutamente técnicos, tais como tempo de acesso à urgência, acessibilidades, centralidade geográfica e populacional na região que serve, entre outros. Este estudo analisou todas as propostas de localização sugeridas por todos os municípios do Oeste e com base nesses critérios apontou as 2 melhores localizações para a sua implementação sendo o primeiro junto da saída sul para o Bombarral e um segundo junto da saída para os Campelos, ou seja, cumprindo todos os critérios técnico-científicos para a localização de um Hospital regional. -----

-----Referiu ainda que o estudo foi entregue em mão ao Ministro da Saúde, e todos o ouviram dizer que estava muito satisfeito por finalmente o Oeste ter encontrado consensos para ultrapassar esta lacuna e que esta é a última oportunidade para a nossa região ter um Hospital de fim de linha, que os sirva a todos e não apenas a alguns.-----

-----Mais referiu que a localização final é da competência exclusiva do Ministério da Saúde, que criou e já está a trabalhar uma comissão que irá apresentar as suas conclusões até final de março, tal como foi compromisso público de Ministro da Saúde. -----

-----Acrescentou que na última Assembleia Intermunicipal da OesteCIM, o estudo foi apresentado publicamente e com transmissão em direto para as redes sociais, permitindo desta forma que todos os Oestinos tivessem acesso às conclusões do estudo, tendo sido aprovada por unanimidade uma moção de congratulação pela realização do mesmo, pelo que não se percebe

que os presidentes da Câmara das Caldas da Rainha e de Óbidos, aos quais se juntou o Presidente da Câmara da Rio Maior, que não faz parte do Oeste nem tão pouco da OesteCIM, venham agora mais uma vez com os velhos argumentos de um Hospital para o seu concelho.-----

-----Questiona se não percebem que com esses argumentos e posições não estão a defender os seus concidadãos e tão pouco a defender o direito a uma saúde de qualidade e em tempo, argumentos estes que são assentes numa visão egoísta, desfasada da realidade e de total desprezo por todos os restantes cidadãos do Oeste. -----

-----Salientou que é esta posição que, neste plenário pelo Oeste, repudiam. -----

-----Para terminar a sua intervenção deixou um apelo aos Presidentes das Caldas e de Óbidos e a todos os que os acompanham neste movimento indigno e em nome de todos os que desesperam por cuidados hospitalares condignos e de qualidade, que coloquem à frente dos seus quintais e interesses egoístas, a saúde e o bem-estar das pessoas, que estão fartas destes jogos palacianos. -----

-----Deixou um segundo apelo ao Ministro da Saúde, que nesta sala, quando recebeu o estudo, se comprometeu publicamente em apresentar a localização e perfil do novo hospital, que não adie essa promessa pessoal, e não permita que uns poucos, em nome de interesses estranhos, impeçam os torrienses e oestinos de terem cuidados de saúde de qualidade porque o Novo Hospital do Oeste tem de servir todos os oestinos e não apenas alguns. -----

-----O *deputado municipal Luis Carlos Lopes* perante a moção em título elaborada pelo presidente da mesa e com o conforto de todos os grupos municipais disse que devem pensar o que está em equação neste momento, quando uma comissão está a analisar um estudo sobre o novo hospital, onde um dos pontos em equação é a sua localização, para o qual devem ter presente duas localizações, Bombarral e Torres Vedras, que em termos de estudo prévio que pouca diferença tem. -----

-----Assim, estavam serenamente à espera, que a citada comissão daqui a um mês termine os seus trabalhos, elabore um relatório e que o ministro decida em função do mesmo, apesar ser uma decisão que será sempre política. -----

-----Aproveitou para dar nota que no mês de dezembro, como vai muitas vezes às Caldas da Rainha apercebeu-se de um movimento de hostilidade à comissão, e para que não surjam dúvidas quanto à sua posição ou quanto à do PSD, passou a fazer algumas considerações, desde logo anunciando que é um oestino de gema, nascido ocasionalmente em Caldas da Rainha mas profundamente torriense e por circunstancia de vida passou tempo e pernoitou algum tempo nesta cidade à qual mantém profundas ligações familiares e interesses económicos, razões que facilitam que defendesse Caldas da Rainha, mas não o faz, é torriense, não é a sua postura, sem qualquer egoísmo pessoal e certamente ser-lhe-ia mais útil ter uma postura diferente, mas não. -----

-----Lembrou que o PSD de Torres Vedras e ele próprio sempre tiveram uma atitude coerente, defendendo um novo hospital de qualidade para o Oeste conformando-se ao que for decidido pelo Ministro da Saúde e pelo Governo, não deixando, porém, como torriense de dar conta, diante de estudo técnico que indica 2 localizações possíveis, dos novos dados que vão surgindo: demográficos – 6% no Oeste e 2% de decréscimo no Oeste Norte; Torres Vedras a crescer em 10 anos cerca de 4,7 % e Caldas a decrescer 1,7 e económicos – Torres Vedras representando 30% das exportações do oeste em 2022 (cerca de 470 milhões de euros). -----

-----Assim, tinham que evidenciar, tal como fez a autarquia no comunicado que emitiu, que no presente e no futuro o concelho de Torres Vedras seria/será a melhor localização para o futuro Hospital de forma discreta e sem alarido, por contraponto à posição de todos os partidos e movimentos nas Caldas da Rainha, mas valorizando sempre a unidade de decisão no Oeste. -----

-----Reforçou que foi sempre essa a preocupação, mesmo perante as movimentações crescentes em Caldas da Rainha, de todo o PSD de Torres Vedras, da OesteCIM, do Oeste e dos eleitos pela região que sempre defenderam uma decisão solidária para o Oeste. -----

-----Deu nota que na semana passada na Assembleia da República o vereador e deputado da nação, Duarte Pacheco interveio no mesmo sentido, por contraponto a outros colegas de Caldas de todos os outros partidos. -----

-----Deu nota ainda que pensando na importância do tema, o PSD de Torres Vedras solicitou uma reunião com a estrutura de Torres Vedras do PS para definição de uma estratégia comum de âmbito não apenas local, mas como representantes dos principais partidos alternantes do poder a nível nacional, que estão na decisão e certamente estarão na concretização do hospital. -----

-----Assinalou que por muito que custe às neofomações políticas de âmbito exclusivamente local esta é uma decisão importante e que releva para o país, não se limitando às fronteiras de Torres Vedras, pelo que urge, e a aprovação da moção em título o consubstancia: pressionar o ministro da saúde e o Governo da República para que decida a localização do novo hospital, uma decisão política que terá como base o estudo apresentado e as conclusões da comissão constituída para a sua análise; assegurar que o hospital a ser construído seja uma unidade de “ fim de linha “ com muito mais valências em relação às que atualmente existem no centro hospitalar; a definição de que tipos de serviços de atendimento ficarão no atual hospital de Torres; e assegurar que no período transitório, até à construção do hospital, seguramente vários anos, haja as melhores condições possíveis no atual hospital e no CHO no seu conjunto. -----

-----Especificou que o PSD e ele próprio sempre defenderam o mesmo, embora como torrienses tenham as suas preferências, baseadas em dados objetivos, mas em nome de uma decisão célere que permita assegurar um dos principais direitos constitucionais, ou seja, cuidados de saúde de qualidade para todos os oestinos.-----

-----Frisou que o objetivo final é que rapidamente se concretize a construção de um bom hospital público para Oeste. -----

-----Frisou ainda que o PSD de Torres Vedras, assim como ele, não mudou nem muda, ao contrário de outros aqui presentes, nem de partido nem de opinião, sendo o bem comum que o move mesmo que com prejuízo pessoal, cometendo, certamente, erros, mas defendendo Torres Vedras, adaptando e seguindo a máxima de Sá Carneiro: “Primeiro vem Portugal e só depois os partidos e cada um de nós”. -----

-----Não se registando mais intervenções o Presidente da Mesa submeteu à votação a moção em título a qual foi aprovada por unanimidade.-----

-----O **presidente da Assembleia** salientou a importância da aprovação por unanimidade da moção, tendo em conta também a excelente posição assumida pelo Executivo Municipal e relevante que esta posição da Assembleia Municipal seja transmitida a quem a própria moção propõe, de forma a que se saiba que não deixam de ser solidários e fraternos, mas não vão ficar parados à espera que outros decidam. Querem participar na decisão e esta moção imprime essa força conjunta. -----

MOÇÃO: PASSAGEM INFERIOR DA “LINHA DO OESTE” (KM 71+098), JUNTO À ESTAÇÃO DO RAMALHAL: -----

-----Foi dada a palavra ao *presidente de Junta de Freguesia do Ramalhal, António Espírito Santo* que leu a moção que se discutiu de seguida: -----

-----**Moção:**-----

-----“A “Linha do Oeste”, que no espaço do nosso concelho, atravessa a Freguesia do Ramalhal em cerca de sete quilómetros, entrou em funcionamento no longínquo ano de 1887, logo há 136 anos.-----

-----Nesses tempos, as locomotivas eram a vapor, e as viaturas equipadas com motores de combustão, uma simples miragem.-----

-----A sul da Estação do Ramalhal (escassos 100 metros), foi então construída uma passagem desnivelada inferior, para permitir a ligação à povoação de Abrunheira bem como às Freguesias vizinhas de Maxial e Monte Redondo.-----

-----Durante várias décadas, esta infraestrutura, permitiu com relativa segurança, as passagens de peões, carros de tração animal e os automóveis nos seus primeiros tempos. -----

-----Porém, a evolução generalizada verificada em todo o Mundo, principalmente na segunda metade do século passado, à qual os transportes não são exceção, acabou por tornar o nosso túnel da Estação, obsoleto. -----

-----Na verdade, circular neste espaço, é um autêntico flagelo para quem conduz viaturas ligeiras, mas principalmente, para quem conduz veículos pesados de carga. Só permite trânsito num

sentido, e não tem espaço para peões. A segurança é praticamente inexistente, e os peões, sem alternativa, evitam o seu uso. -----

-----Trata-se de um problema, do conhecimento das autoridades responsáveis pelas infraestruturas da rodovia e ferrovia, várias vezes abordado por escrito e nos fóruns adequados. --

-----Em setembro de 2021, a Comissão Eventual de Transportes e Mobilidade, da Assembleia Municipal de Torres Vedras, no seu relatório preliminar, lamenta a não inclusão desta P.I., no projeto de Modernização da Linha do Oeste. Faz alusão ao intenso tráfego rodoviário existente, assim como ao previsível aumento do mesmo, num futuro próximo, devido ao desenvolvimento e crescimento, que se verifica na área de influência desta secular infraestrutura. -----

-----Em 19 de dezembro de 2022, a Assembleia de Freguesia do Ramalhal, aprovou por unanimidade, uma proposta, para contactar as entidades responsáveis por obras desta natureza, com o objetivo de se proceder à duplicação da passagem inferior em causa.-----

-----Assim, vem a Assembleia Municipal de Torres Vedras, reunida a 28 de fevereiro de 2023: -----

-----Solicitar à entidade competente na matéria, no sentido de ser executado um projeto, que vise dar suporte à ampliação da Passagem Inferior da “Linha do Oeste” (Km 71+098), junto à Estação do Ramalhal; e -----

-----Que a curto médio prazo, se avance para a fase de obra, pondo fim a esta grave lacuna. -----

-----28 de fevereiro de 2023. -----

-----O presidente da Junta da Freguesia do Ramalhal - António Joaquim do Espírito Santo.” -----

-----Sobre o assunto em título o *deputado municipal Humberto Gomes* lembrou que está a decorrer a 2.ª fase de eletrificação da linha férrea entre Torres Vedras e Caldas da Rainha, estando a população da Abrunheira e Ramalhal contra duas questões centrais: a suspensão de passagens de nível, tanto a norte como a sul da estação e o não alargamento da passagem inferior junto à estação do Ramalhal.-----

-----Aproveitou para lembrar que nesta passagem circulam diariamente, no mínimo, 120 camiões galera de transporte de cereais e rações, sem contar com os que transportam fruta de e para o armazém frigorífico, para além de todo o tráfego diário das populações, que perfazem cerca de 250 passagens diárias, só de veículos pesados, pelo que é inadmissível não alargar nesta fase de obras na linha, que para além de ser má gestão dos recursos públicos perder esta oportunidade para corrigir um erro claro de conceção naquele troço de passagem, é também uma grave omissão na defesa dos interesses da comunidade, perder a oportunidade histórica de resolver um problema que afeta, diária e desnecessariamente, tantos cidadãos, e a economia da região.-----

-----Aproveitou ainda que lembrar que quanto à 1.ª fase das obras de eletrificação a sul da cidade até Meleças, pouco ou nada se avista de obra realizada e continuam a não saber, ou a saber muito pouco, sobre o que se vai acontecer em Runa e Dois Portos.-----

-----Entende que a Câmara Municipal tem o dever de desempenhar um papel ativo junto da Infraestruturas de Portugal, fazer ouvir a voz das populações e é indispensável que a voz do concelho e dos seus cidadãos seja valorizada em todo o processo, como é também fundamental que nenhum tipo de interesses ou conveniências de circunstância, se sobreponham ao interesse dos cidadãos e do futuro do concelho, tendo o UTV já proposto a realização de um debate público urgente no concelho de Torres Vedras, a ser promovido pela autarquia e nesse âmbito também propôs ao Executivo em abril de 2022 a constituição de uma Comissão Independente de Acompanhamento, que tarda em ser criada, visando a disponibilização de um maior grau de informação aos cidadãos sobre as intervenções que vão tendo lugar no território do concelho, bem como discutir a estratégia e posicionamento do concelho face ao Plano Ferroviário Nacional 2030.

-----Em relação à moção, que peca por tardia, lembrou que na sessão de 27 de abril de 2022, o UTV alertou para esta situação e propôs medidas concretas, mas atendendo aos motivos expostos votam a favor. -----

-----Não se registaram intervenções passando-se de imediato à votação:-----

-----A assembleia Municipal aprovou por unanimidade a moção em título.-----

MOÇÃO:“MOÇÃO 8 DE MARÇO: DIA INTERNACIONAL DA MULHER – UM SÍMBOLO DA LUTA DAS MULHERES EM DEFESA DOS SEUS DIREITOS, NA LEI E NA VIDA: -----

-----O subscritor da moção, *deputado municipal Francisco Covelo* leu a moção em título, que se transcreve já com uma correção que solicitou à alínea c) do documento inicialmente enviado a todos os membros.-----

-----“O Dia Internacional da Mulher, instituído em 1910 (por proposta de Clara Zetkin) é um símbolo da luta das mulheres, em diferentes países e no Mundo, contra a inferioridade que lhe foi imposta, na lei e na vida, e a exploração e opressão capitalista das trabalhadoras sujeitas a desumanas jornadas de trabalho, salários baixos e desproteção na gravidez e na maternidade. Uma data que, em Portugal, está ligada à luta das mulheres, na sua oposição ao fascismo, à negação de direitos económicos, sociais, políticos e culturais. Uma data erguida na luta pela liberdade, democracia e pela paz. Com a Revolução de Abril, e o que ela abriu de transformação das condições de vida com essa conquista que constituiu o poder local democrático, em si mesmo fator de progresso também sentido pelas mulheres no seu dia-a-dia, sucessivas gerações de mulheres tomaram nas suas mãos a luta pela consagração, na lei e na vida, dos seus direitos económicos, sociais, políticos e culturais e pela sua participação em igualdade em todos os domínios da sociedade. Uma data que, desde então é comemorada pelas autarquias locais e por outras organizações e entidades. Uma data com memória, mas principalmente futuro na luta das mulheres pela igualdade no trabalho e na vida, cuja concretização é não só condição de progresso para as comunidades onde vivem, estudam e trabalham, como para a justiça e progresso do País.

----- A Assembleia Municipal de Torres Vedras saúda as mulheres do Concelho, bem como as trabalhadoras da autarquia na passagem do Dia Internacional da Mulher apelando para que se associem a esta comemoração, dando força à sua determinação e vontade em viver e trabalhar em igualdade, no respeito pela sua dignidade e direitos plasmados na Constituição da República e num vasto conjunto de legislação que consagra a igualdade e a valorização do seu estatuto, enquanto trabalhadora, mãe e cidadã. De igual modo se saúda as mulheres eleitas nos diversos órgãos autárquicos, as que intervêm nas diferentes expressões do movimento associativo e popular e em diversas organizações que intervêm na área da igualdade.-----

----- A Assembleia Municipal de Torres Vedras assume o compromisso em defesa dos direitos das mulheres como preocupação constante na sua atividade e nesse sentido delibera:-----

-----a) Acompanhar a evolução da condição e estatuto das mulheres, enquanto trabalhadoras, cidadãs e mães no concelho e pugnar por medidas que na esfera do poder central visem o cumprimento dos seus direitos e a concretização da igualdade no trabalho e na vida;-----

-----b) Promover pelos meios que considere adequados a valorização a participação das mulheres ao longo da história do Concelho dando particular atenção ao seu papel na resistência ao fascismo e ao longo dos 50 anos do 25 de Abril.-----

-----c) Congratular a Câmara Municipal pela inclusão no Plano Municipal para a Igualdade e Não discriminação de medidas que visem a necessária articulação entre entidades e organizações nacionais e locais com vista a exigir do poder central as medidas conducentes à garantia e reforço do acesso das mulheres aos serviços públicos, designadamente na saúde, segurança social, à educação e a uma rede pública de equipamentos e serviços de apoio à infância, aos idosos e às pessoas com deficiência;-----

-----d) Contribuir de forma ativa para dar eficácia aos instrumentos de intervenção e apoio às vítimas de violência doméstica que responsabilize o poder central na criação de uma Rede de Apoio, articulada entre os diversos serviços públicos, autarquias e organizações sociais que devem intervir com vista a reforçar a informação, encaminhamento, sinalização das vítimas de violência doméstica;-----

-----e) Saudar as comemorações do Dia Internacional da Mulher e as organizações que as impulsionam.-----

-----Esta Moção deve ser remetida à Câmara Municipal, juntas e assembleias de freguesia do concelho de Torres Vedras, ao movimento associativo do concelho de Torres Vedras e às instituições que integram a Rede Social e as Comissões Sociais de freguesia.-----

-----Torres Vedras, 25 de fevereiro de 2023.-----

-----O Deputado Municipal do PCP - Francisco Corvelo.”-----

-----Quanto ao teor da moção a *deputada municipal **Maria Manuela Pacheco*** anotou que o

Município de Torres Vedras, com base nos princípios da igualdade e não discriminação, elaborou um Plano Municipal para a Igualdade e a Não Discriminação no âmbito do projeto Oeste+Igualdade onde, numa estratégia interventiva, procura contribuir para o desenvolvimento de uma verdadeira e efetiva cultura dos direitos humanos, combatendo, prevenindo e eliminando qualquer forma de discriminação e estereótipos junto de todos os munícipes.-----

-----Reforçou que o fator género como determinante, nunca poderá ser um critério diferenciador ou condicionador para a igualdade de oportunidades e de tratamento. -----

----- Disse ainda que no referido plano, consta um plano de ação para a Igualdade entre Mulheres e Homens assente em várias premissas tais como: garantir uma governância que integre o combate à descriminação em razão do sexo, e a promoção da igualdade mulheres e homens, nas políticas e nas ações e a todos os níveis da administração pública; garantir as condições para uma participação plena e igualitária de mulheres e homens no mercado de trabalho e atividade profissional; promover a igualdade mulher e homens na área da saúde ao longo dos ciclos de vida de homens e de mulheres; e promover uma cultura e comunicação social livres de estereótipos sexistas e promotoras da igualdade mulher e homem. -----

-----Acrescentou que faz parte ainda um plano de ação para a Prevenção e o Combate à Violência contra as Mulheres e à Violência Doméstica. -----

-----Por último deu nota ainda da existência de um planeamento de implementação de medidas com ações de dinamização, promoção, divulgação, e sensibilização dirigidas à população para as questões da igualdade e não discriminação. -----

-----Assim, a moção apresentada será votada favoravelmente pela bancada socialista, pois na verdade o seu conteúdo já foi tido em conta em muitos programas e projetos municipais. -----

-----Por último deu nota do encontro de história Turres Veteras 25 que se irá realizar nos dias 11 a 13 de maio que tem como tema principal “As mulheres”. -----

-----Não se tendo registado mais intervenções, passou-se à votação tendo a Assembleia Municipal aprovado por unanimidade a moção em título. -----

1 - PROPOSTA N.º 1/CM/2023 - ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DE ORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS MUNICIPAIS.-----

-----Presente ofício número 791, da Câmara Municipal de Torres Vedras de 16/02/2023 a dar conhecimento que o Executivo na sua reunião de 14/02/2023, deliberou, por unanimidade, propor à Assembleia Municipal: que o número máximo de unidades orgânicas flexíveis do município, constante do n.º 3, do artigo 3.º, do regulamento de organização dos serviços municipais seja fixado em 15 (quinze) correspondentes a 12 (doze) divisões e 3 (três) unidades (direções intermédias de 3.º grau). -----

-----A **presidente da Câmara** explicou que a proposta de alteração em apreço visa criar mais uma

unidade intermédia de 3.º grau, absolutamente necessária para agilizar os procedimentos na divisão de gestão urbanística, uma área muito sensível onde os licenciamentos tiveram uma fase com atrasos muito significativos, mas agora estão quase em ordem. Pretende-se desconcentrar as competências que estão delegadas no chefe de divisão, para que esta divisão possa ter as condições de trabalho que necessita, tendo em atenção que agora tem também mais recursos alocados à mesma. -----

-----Não se registaram intervenções tendo-se passado de imediato à votação. -----

-----Atentas as suas competências previstas nos termos da alínea c), do art.º 6.º, do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro, na redação dada pela Lei n.º 71/2018 de 31/12, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a seguinte alteração: que o número máximo de unidades orgânicas flexíveis do município, constante do n.º 3, do artigo 3.º, do regulamento de organização dos serviços municipais seja fixado em 15 (quinze) correspondentes a 12 (doze) divisões e 3 (três) unidades (direções intermédias de 3.º grau). -----

2 - PROPOSTA N.º 2/CM/2023 – 1.ª REVISÃO AO ORÇAMENTO E ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO DE 2023 DO MUNICÍPIO DE TORRES VEDRAS - INTEGRAÇÃO DO SALDO DA GERÊNCIA DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DE 2022: -----

-----Presente ofício número 739, da Câmara Municipal de Torres Vedras de 16/02/2023 a dar conhecimento que de acordo com o disposto no art.º 81.º da Lei do Orçamento do Estado para 2023, que refere que após aprovação do mapa “Demonstração do desempenho orçamental” pode ser incorporado, por recurso a uma revisão orçamental, antes da aprovação dos documentos de prestação de contas, o saldo da gerência da execução orçamental”, pelo que a câmara municipal, na sua reunião de 14/02/2023 aprovou, por unanimidade o referido mapa, bem como deliberou submeter à assembleia municipal, a 1.ª revisão ao orçamento e às grandes opções do plano da câmara municipal, a qual integra o saldo de gerência e a correção aos valores estimados de transferências a realizar pela DGAL, que fazem parte integrante do processo. -----

-----A **presidente da Câmara** informou que decorre da legislação e constituiu objeto desta revisão a integração do saldo de gerência de 2022, no valor de €6.348.551,31, ao que acresce uma correção aos valores estimados de transferências no âmbito da descentralização de competências da educação e da saúde no montante de €572.676,00 com vista à sua reafectação noutras rubricas de despesa. -----

-----O plenário mostrou-se esclarecido, pelo que o presidente da mesa submeteu o assunto em título à votação. -----

-----Atenta a sua competência prevista na alínea a), do n.º 1, do art.º 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12/09, na sua atual redação, a Assembleia Municipal deliberou por unanimidade aprovar a 1.ª revisão ao orçamento e às GOP's da câmara municipal, a qual integra o saldo de gerência e a

correção aos valores estimados de transferências a realizar pela DGAL. -----

3 - PROPOSTA N.º 3/CM/2023 - 1.ª REVISÃO AO ORÇAMENTO E ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO DE 2023 DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO DE TORRES VEDRAS - INTEGRAÇÃO DO SALDO DA GERÊNCIA DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DE 2022:-----

-----Presente ofício número 790 da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 16/02/2023 a remeter a 1.ª revisão ao orçamento e às grandes opções do plano de 2023 dos SMAS TV, para integração do saldo de gerência de 2023, no valor de € 5.299.672,59, sendo € 5.226.141,50 relativos à execução orçamental e € 73.531,09 relativos a operações de tesouraria, dado que o Executivo, em sua reunião de 14/02/2023, deliberou, por unanimidade, aprovar o mapa “demonstração do desempenho orçamental” dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Torres Vedras e ainda a informar que o seu conselho de administração deliberou prescindir da transferência da câmara municipal de € 1.438.123,00. -----

-----A **presidente da Câmara** deu nota que a revisão em apreço visa integrar um saldo de gerência no montante de €5.299.672,59, para reforçar diversas rubricas do orçamento de despesa corrente, para definir ações do PPI, para reduzir o valor a transferir pela Câmara Municipal e para financiar obras de investimento. -----

-----Não se registaram intervenções passando-se de imediato à votação.-----

-----Tendo presente a competência da assembleia municipal, prevista na alínea a), do n.º 1, do art.º 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12/09, na sua atual redação, conjugado com o art.º 81 da Lei do orçamento de Estado para 2023, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a 1.ª revisão ao orçamento e às grandes opções do plano de 2023 dos SMAS TV, para integração do saldo de gerência de 2023 no valor de € 5.299.672,59, sendo € 5.226.141,50 relativos à execução orçamental e € 73.531,09. -----

4 - PROPOSTA N.º 4/CM/2023 - PROCESSO DE DESCENTRALIZAÇÃO – DIPLOMA SETORIAL FREGUESIAS – REVOGAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE 15/12/2022 E APROVAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS A TRANSFERIR ANUALMENTE PARA A FREGUESIA DA FREIRIA:-----

-----Presente ofício número 792, da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 16/02/2023 a dar conhecimento que o Executivo, em sua reunião de 14/02/2023, atentas as competência do órgão deliberativo nesta matéria prevista no n.º 3, do art.º 6.º, do Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30/04, na sua atual redação e do n.º 1, do art.º 19.º, do auto de transferência de competências, celebrado entre o Município de Torres Vedras e a Freguesia de Freiria a 15/10/2019, deliberou por unanimidade, propor a revogação da deliberação tomada na reunião de 15/12/2022, realizada no âmbito da sessão ordinária iniciada no dia 14/12/2022, por se ter detetado um lapso no valor dos

recursos financeiros a transferir para a Freguesia da Freiria, uma vez que houve uma alteração em 2020 que não foi considerada, e que seja deliberado que o montante anual a transferir para a Freguesia da Freiria com vista ao exercício pela referida autarquia das competências compreendidas nas alíneas a), b), c), d), e), f) e 1) do n.º 1, do art.º 2.º, do já citado Decreto-lei, com efeitos retroativos a 01/01/2023, é de €96.487,85.-----

-----O **presidente da Mesa** fez o enquadramento do pedido de revogação da deliberação de 14/12/2022 e conseqüentemente da necessidade de aprovação do valor corrigido de €96.487,85. -

-----Atenta a competência do órgão deliberativo prevista no n.º 3, do artigo 6.º, do Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30/04, na sua atual redação e do n.º 1, do artigo 19.º, do Auto de Transferência de Competências, a Assembleia Municipal deliberou por unanimidade revogar a sua deliberação de 14/12/2022 e aprovar que o montante anual de €96.487,85 a transferir para a Freguesia da Freiria com vista ao exercício pela referida autarquia das competências compreendidas nas alíneas a), b), c), d), e), f) e 1) do n.º 1, do art.º 2.º, do Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30/04, com efeitos retroativos a 01/01/2023.-----

5 - INFORMAÇÃO DAS COMISSÕES:-----

Comissão Permanente de Economia e Demografia:-----

-----O *Presidente da Comissão*, **José Manuel Correia** deu nota que se realizou no dia 4 de fevereiro a 1.ª sessão temática sobre o “cluster alimentar do concelho” e agradeceu a todos que puderam estar presentes. Aproveitou também para expressar um agradecimento a todos os empresários, salientando o facto de já ter sido contactado por alguns que estão a elaborar as suas propostas para apresentarem na 2.º sessão que se realizará em maio, onde espera maior participação quer dos empresários quer dos deputados municipais.-----

-----Por último informou que brevemente irá marcar nova reunião da comissão, no sentido de fazerem o ponto da situação, assim como analisarem alguns dados demográficos que surgiram. --

Comissão Permanente de Saúde:-----

-----O *presidente da Comissão*, **Rui Prudêncio** deu nota que a comissão reuniu na passada sexta-feira a propósito das tomadas de posição das Caldas da Rainha e de Óbidos sobre a localização do NHO, e cujos esclarecimentos que então prestou também já deu a conhecer ao plenário na sua intervenção aquando da discussão da moção no ponto 8. -----

-----Deu nota ainda que relativamente a essa mesma moção que aprovaram hoje, em todas as assembleias municipais da OesteCIM, com exceção de Caldas da Rainha, Óbidos, Alcobaça e Nazaré aprovaram moções idênticas, no caso da Nazaré porque já tinham realizado a sessão, mas irão fazê-lo em termos de Executivo Municipal. -----

-----Concluiu indicando que nesta fase tem que aguardar por novos desenvolvimentos, pois existe uma petição de Caldas que foi entregue na semana passada na Assembleia da República e será

agendada para discussão. -----

5.1 - PROPOSTA N.º 1/AM/2023 - APRECIACÃO DO RELATÓRIO DE ATIVIDADES DE 2022 DA COMISSÃO EVENTUAL DE ACOMPANHAMENTO AO PDM: -----

-----Presente relatório de atividades da comissão, que se considera integralmente reproduzido.-----

-----Antes de dar a palavra ao presidente da comissão para fazer a apresentação do documento, **o presidente da Assembleia** fez o enquadramento do agendamento do relatório, explicando que a comissão permanente de líderes acordou que se extinguia a atual comissão eventual e que seria criada de imediato a Comissão Permanente de Urbanismo e Ordenamento do Território, alargando deste modo o seu âmbito uma vez que ao longo do ano de 2022, no desenvolvimento do seu trabalho vários membros desta comissão eventual demonstraram interesse num trabalho de acompanhamento contínuo e alargado a todos os planos de gestão territorial do concelho, que estão aprovados ou em desenvolvimento para que a Assembleia possa estar mais esclarecida e de forma mais continuada sobre todos estes instrumentos e decisões que têm impacto no ordenamento do território.-----

-----Deu nota ainda que esta tinha sido uma vontade manifestada logo no início dos trabalhos, e que se veio a confirmar pelo desenrolar do excelente trabalho feito pela comissão, em especial pelo seu presidente, ao qual agradeceu em nome de toda a Assembleia Municipal, pela preocupação e empenho que manifestou e que contribuiu para alcançar bons resultados.-----

-----O *presidente da comissão José Vale Paulos*, tendo por base o relatório em apreço, disse que gostaria de salientar alguns pontos da maior relevância, desde logo que a legislação que está na base desta revisão, a Lei n.º 31/2014 e o Decreto-Lei n.º 80/2015, extingue a classificação de área urbanizável passando a prever apenas áreas urbanas e rústicas e que tendo em conta a previsão genérica de redução da área urbana, foi manifestada alguma preocupação com as freguesias do interior do concelho devido à dificuldade fixação de pessoas.-----

-----Salientou ainda que em Torres Vedras o processo de revisão começou no final de 2018 com uma auscultação à população para levantamento de problemas, seguindo-se definição teórica dos objetivos que foi feita por uma universidade e que foi aprovada em reunião pública do Executivo Municipal a 27 de julho de 2021 e que até esta data todos os trabalhos técnicos estiveram a cargo da equipa da Câmara Municipal, mas numa fase posterior, o relatório de impacto ambiental e de ruído, serão realizados por equipas externas ao Município.-----

-----Continuou dando nota que em fevereiro de 2022 a equipa trabalhava na conciliação entre a proposta municipal inicial e as questões levantadas pelas entidades do conselho consultivo, nos diferentes pareceres e só depois de verificados e fechados todos os problemas se poderia avançar para a elaboração de versão final de revisão para submeter a discussão pública.-----

-----Segundo a explicação obtida, a principal questão reside na necessidade de articulação da

nova carta de PDM com Reserva Agrícola Nacional (RAN) e a Reserva Ecológica Nacional (REN) sendo, que atualmente esta última ocupa cerca de 23% do território do concelho e, por aplicação das novas normas legais, deverá passar a ocupar, em termos brutos, mais de 60% o que dificultará bastante a possibilidade de edificação nas novas zonas classificadas por RAN e sobretudo por REN.-----

-----Anotou que os técnicos informam que também estavam a trabalhar em cerca de 700 zonas de REN e 400 de RAN para pedidos de exclusão de principais zonas habitacionais e relativamente ao desaparecimento das áreas urbanizáveis, reconheciam a necessidade de trabalhar os cadastros dos imóveis para tentar justificar a manutenção destas zonas.-----

-----Assinalou que na 3.ª reunião realizada em outubro foram levantadas questões sobre a densidade urbanizável de algumas regiões do concelho, sobre planos de pormenor e planos de urbanização, previstos e/ou elaboração, que ficaram em aberto e foi também questionada a manutenção do espaço canal para a construção de uma variante nascente à cidade e da sua articulação com a REN, tendo obtido como resposta que essas situações estão salvaguardadas e serão, ou não executadas, em função de decisões políticas, sem prejuízo da hipótese do reconhecimento de interesse público de estrutura rodoviária, por parte do Governo. -----

-----Foram também informados pelo vereador do pelouro, Francisco Martins, que as acessibilidades da zona nascente à cidade são uma preocupação da Câmara Municipal e que estão a ser avaliadas possíveis soluções. -----

-----Por último, considerou importante de referir que ao longo do ano de 2022, vários membros demonstraram o seu interesse num trabalho de acompanhamento contínuo e alargado a todos os planos de gestão territorial e urbanísticos do concelho, como os planos de urbanismo e de pormenor, para melhor compreenderem e esclarecerem a Assembleia Municipal sobre as perspetivas técnico-políticas do Executivo Municipal, a médio e longo prazo. -----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento do relatório. -----

6 - PROPOSTA N.º 2/AM/2023 - EXTINÇÃO DA COMISSÃO EVENTUAL DE ACOMPANHAMENTO AO PLANO DIRETOS MUNICIPAL DE TORRES VEDRAS E CONSTITUIÇÃO DA COMISSÃO PERMANENTE DO URBANISMO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO:-----

-----Foi dada a palavra ao *deputado municipal Rui Prudência*, líder do Grupo Municipal do PS, apresentou a **proposta** em título que entregou de seguida à mesa e que se transcreve:-----

-----“1. Tendo em conta a apresentação do Relatório da Comissão Eventual de Acompanhamento ao PDM e a manifesta necessidade de alargamento das suas atribuições, propõe-se a extinção desta Comissão Eventual, nos termos do artigo 24.º, n.º 1, do Regimento desta Assembleia Municipal.-----

-----2. Ainda ao abrigo do artigo 24.º, n.º 1, do Regimento, propõe-se a criação de uma Comissão Permanente de Urbanismo e Ordenamento do Território, para acompanhamento dos trabalhos de revisão do Plano Diretor Municipal, em curso, assim como de todos os Planos Territoriais e Urbanísticos existentes ou em desenvolvimento no nosso Concelho. -----

-----3. Nos termos do n.º 2 do artigo 24.º do Regimento propõe-se que a Comissão Permanente do Urbanismo e Ordenamento do Território seja constituída por um representante de cada força política num total de 7. -----

-----4. Nos termos do n.º 3, do já referido artigo 24.º, cabe aos Grupos Municipais indicar, por escrito, os seus representantes. -----

-----5. Tendo em conta as capacidades técnicas decorrentes da sua formação profissional, mais propõe que a Comissão Permanente do Urbanismo e Ordenamento do Território seja presidida pelo Deputado Municipal António João Leal da Costa Bastos. -----

-----6. A falta de representação de algum dos Grupos Municipais na referida comissão, não inviabiliza o seu funcionamento, nos termos do n.º 4, do artigo 24.º do Regimento. -----

-----Torres Vedras, 28 de fevereiro de 2023.”-----

-----O **presidente da Mesa** informou que os membros das comissões são da responsabilidade dos vários grupos municipais, mas resultado de um trabalho prévio da CPL o presidente desta comissão já está indicado. -----

-----O *deputado municipal Luis Carlos Lopes* deu nota que aquando da discussão desta proposta na Comissão Permanente de Líderes informou o deputado municipal António João Bastos que acedeu, tendo a certeza que fará o seu melhor, e com a qual o PSD se congratula.-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, extinguir a Comissão Eventual de Acompanhamento ao Plano Diretor Municipal de Torres Vedras e constituir a Comissão Permanente do Urbanismo e Ordenamento do Território, que será presidida pelo deputado municipal António João Leal da Costa Bastos. -----

-----O *deputado municipal António João Bastos* pediu para usar da palavra para agradecer a confiança nele depositada e para agradecer ao presidente da comissão agora extinta, José Vale Paulos. -----

-----Aproveitou para referir que o ordenamento do território é muito complexo, mas vai tentar ser o mais pragmático possível quer nas reuniões da comissão quer no plenário, pois esta área envolve muita legislação que não é fácil e pensa que nesta sede devem caminhar para tentar melhorar o urbanismo no concelho, pois todos têm consciência que tem muitas lacunas e algumas falhas, algumas como consequência da legislação, sempre com o interesse público em mente. É isso que a Assembleia Municipal deverá defender independentemente das lutas políticas que possam haver.-----

7 - PROPOSTA N.º 3/AM/2023 - APRECIACÃO DE INFORMAÇÃO DA PRESIDENTE DE CÂMARA, ACERCA DA ATIVIDADE MUNICIPAL E SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO:---

-----Presente informação em título datada de 23/02/2022, reportada ao período entre 01/12/2022 e 31/01/2023 que a nível da situação financeira do município, dá nota do total de disponibilidade no valor de € 6.150.149,90 e € 610.287,49 de dívidas a fornecedores. -----

-----A *deputada municipal* **Marta Geraldês** reportou-se à paragem de autocarro para Lisboa no Barro, construída maioritariamente para quem deixa o carro naquele estacionamento, para dar nota que as pessoas que moram nas urbanizações circundantes continuam a aceder à mesma, atravessando a pé a estrada que não tem qualquer tipo de passadeira, que a seu ver se mostra necessário, e para o qual pediu a devida atenção. -----

-----O *deputado municipal* **Ilídio Santos** disse que iria abordar o tema do Carnaval, em primeiro lugar para se congratular pelo facto de, até à data, não terem conhecimento de ter havido incidentes de maior, embora os vereadores do UTV no Executivo já tenham solicitado o relatório do evento, para poderem fazer uma análise mais detalhada. -----

-----Enalteceu o bom trabalho efetuado pela Cruz Vermelha em parceria com os Bombeiros e com o posto médico avançado, que tanto desanuviou o hospital, assim como o facto de ter sido criado mais um parque de estacionamento. Salientou que a localização das bilheteiras é uma questão a ser estudada. -----

-----Relativamente aos carros alegóricos, constataram que havia alguns incompletos, denotando que não houve capacidade de execução, pelo que questionou se o concurso para a sua elaboração não poderia ter sido feito de outra forma para que não acontecesse. -----

-----Deu nota ainda que o ritual de Chegada dos Reis e Entronização que marca o início do período carnavalesco, se atrasou muito relativamente ao programa definido, levando a que algumas pessoas já não tenham assistido ao “videomapping” e no que se refere ao curso, a opinião unanime que recebeu dos grupos carnavalescos é que não fluiu e só conseguem dar uma volta ao recinto durante 3 horas, pelo que urge repensar o circuito, como já assinalado pela edil. --

-----Outro problema são as casas de banho, achando que foi preocupante o que se passou especialmente na zona histórica que foi muito mal tratada e ficará com vestígios para o resto da vida sendo de enaltecer contudo, todo o trabalho dos funcionários da limpeza, mas como ouviu muitas histórias desagradáveis e para que não volte a acontecer em eventos futuros é preciso agir, é preciso fazer qualquer coisa. -----

-----Por último, disse que todos esperavam mais do centenário para o qual havia muita expectativa, mas ficou aquém das expectativas. -----

-----O *deputado municipal* **Francisco Corvelo** lembrou que no passado dia 23 e fez um ano, tiveram neste plenário uma intervenção da concidadã Kathy Batista, acerca da mobilidade de

deficientes. Na altura, em resposta a essa intervenção a edil disse que há muito trabalho feito nesta área, muitas intervenções em passeios e em edifícios públicos, falando também na adesão ao projeto “Mais acesso para todos” em pareceria com a Associação Salvador. -----

-----Nesta sequência, deu nota que este ano pelo Carnaval, teve a visita de um amigo que é deficiente das Forças Armadas, tendo sido uma aventura para além de ter sido também um trabalho hercúleo levá-lo até ao curso, já para não falar da enorme confusão que se gerou na cidade na altura do evento entre o estacionamento não pago e o em qualquer lugar e em qualquer passeio, pelo que questionou o que já foi feito em 2023 termos de acessibilidade e o que está previsto fazer neste domínio porque é deveras preocupante.-----

-----Alertou também que a sinalização à saída do parque de estacionamento junto à Rua Joaquim Santos Vaquinhas é deficiente já há muitos anos e vê-se muitos carros, na altura do Carnaval ou pelas férias de Verão, a circular em sentido contrário. A sinalização horizontal não existe, a vertical está mal colocada e devia ser reforçado o sentido obrigatório também do outro lado da rua.-----

-----No que se refere à questão das passadeiras a **presidente da Câmara** disse que merecia a pena visitar a situação, assim como a questão da sinalização do parque de estacionamento, que endereçou ao vereador do pelouro para com a equipa do trânsito averiguar se haverá uma melhor solução para o efeito.-----

-----No tocante às questões da mobilidade para situação de deficiência, a autarquia está a dar continuidade ao trabalho que se tem feito, quer ao nível da cidade quer das freguesias em tudo aquilo que são as novas construções de passeios, que já estão adaptados para mobilidade reduzida. É um trabalho sempre escasso relativamente aquilo que gostariam que fosse, acreditando ter sido difícil trazer uma pessoa em cadeira de rodas até ao curso do carnaval, e embora sabendo que o estacionamento é caótico nesta altura porque leva a que não haja espaço para circular nos passeios, providenciar melhorias nos passeios na altura do Carnaval também não resolveria pois continuaria a verificar-se o estacionamento selvagem, contudo a autarquia tem vindo paulatinamente a fazer trabalho nesta área.-----

-----Deu também a conhecer que tiveram a hipótese de fazer uma candidatura em PRR para colocação de algumas rampas em edifícios públicos, mas os valores eram tão irrisórios que não lhes permitiria fazer um trabalho decente e têm feito pelos seus próprios meios essas melhorias. --

-----Abordando a intervenção sobre o Carnaval no que se refere aos carros alegóricos, as deficiências foram identificadas para aferir quanto ao projeto escolhido e o carro apresentado, tendo os carros sido selecionados por um júri, mediante um processo aberto em que diversas empresas podem concorrer, mas por vezes as coisas não correm como querem.-----

-----Sobre o circuito assinalou que é um debate com vários anos, em que pensam e repensam nos prós e nos contras, mas têm mantido o percurso que já fazem há muitos anos, e onde sabem

que existem limitações, mas quando pensam no alargamento surgem também condicionamentos muito significativos. Assim a opinião foi sempre manter, sem descuidar a necessidade de terem de estudar soluções, que podem passar, a seu ver, pela própria contenção das pessoas dentro do espaço, o que no caso do desfile das crianças é fácil de fazer, mas no caso dos cursos diurnos de domingo e terça torna-se mais difícil exatamente pelas características do Carnaval de Torres em que todas as pessoas são participantes. -----

----- Acrescentou que uma das questões identificadas e referida pelos deputados é a das casas de banho e da limpeza, mas assegurou que neste aspeto o trabalho da junta de freguesia foi muito atempado e eficiente com lavagens em quantidade e imediatas, para além de terem sido colocados no recinto unidades de WCs em número superior ao que era habitual já prevendo uma maior afluência. Sobre este assunto fez também notar que a partir de uma certa hora, já não importa quantas existem, já não há interesse em procurar a casa de banho que está a 2 metros, e o que se nota é uma grande falta de civismo por parte dos foliões, sendo de facto a zona histórica mais fustigada com este tipo de atitudes e uma boa parte da solução passa pela sensibilização dos foliões a terem uma atitude cívica. -----

----- Lembrou ao deputado Ilídio Santos que o Centenário apenas começou agora, mas concorda que se registaram alguns atrasos menos benéficos para o espetáculo, que acha que devem também ser revistos, embora saiba que há uma boa parte da população que nestes dias se ajusta a estes horários tardios, por vezes 24 horas sobre 24 horas. -----

----- A terminar disse que foi um grande evento para Torres Vedras com a participação de todos. --

----- A Assembleia municipal tomou conhecimento. -----

INFORMAÇÃO SOBRE COMPETÊNCIAS DELEGADAS: -----

7.1 - PROPOSTA N.º 4/AM/2023 - TOMADA DE CONHECIMENTO DE CEDÊNCIAS DE PARCELAS DE TERRENO PARA AFETAÇÃO AO DOMÍNIO PÚBLICO (AUTORIZAÇÃO GENÉRICA DA AM DE 30/11/2021): -----

----- Na sequência da autorização genérica concedida pela Assembleia Municipal, presente informação sobre as cedências de parcelas aceites pela Câmara Municipal: -----

----- Ofício número 6905 de 22/12/2022 – deliberação de 20/12/2022. -----

----- 1 - Processo de obras ED/218/2019 - Requerimento: ED/3422/2022 - Adrian Caraus – parcela de terreno, situada em Casais do Janeiro, Silveira, Freguesia Silveira, com a área de 172,80m², a retirar do prédio urbano inscrito na matriz sob o art.º 9351, da Freguesia de Silveira, e descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras com o n.º 449, da referida freguesia, à qual foi atribuído um custo unitário de € 5,00/m², o que perfaz um valor total de € 864,00, arredondado para € 870,00, nos termos do ponto 2 do art.º 38.º do CIMI. -----

----- 2 - Processo de obras ED/87/2022 – Requerimento ED/1254/2022 – Pedro Miguel Ferreira de

Sousa – parcela de terreno, situada na Rua da Ribeirinha em Mouguelas, União de Freguesias de Dois Portos e Runa, com a área de 39,18m², a retirar do prédio urbano inscrito na matriz com o n.º 2712, da Freguesia de Dois Portos e Runa, e descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras com o n.º 3436, da Freguesia de Dois Portos, à qual foi atribuído um custo unitário de € 5,00/m², o que perfaz o valor total de € 200,00.-----

-----3 - Processo de obras ED/513/2022 - Requerimento: ED/7526/2022 - João dos Reis Valente – parcela de terreno, situada na Rua Frei João de Estremoz, em Póvoa de Penafirme, União das Freguesias de A-dos-Cunhados e Maceira, com a área de 28,00m² para requalificação da via pública, a retirar do prédio no prédio Urbano descrito na matriz com o n.º 6954, da freguesia de A-dos-Cunhados e Maceira e descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras com o n.º 9580, da Freguesia de A-dos-Cunhados, à qual foi atribuído um custo unitário de € 5,00/m, o que perfaz um valor total de € 140,00.-----

-----4 - Processo de obras ED/596/2022 - Requerimento: ED/9076/2022 - Fernando da Costa Baptista – parcela de terreno, situada na Portela do Bispo em Dois Portos, União das Freguesias de Dois Portos e Runa, com a área de 34,50m² para requalificação da via pública, a retirar do prédio urbano inscrito na matriz com o n.º 2948, da freguesia de Dois Portos e Runa e descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras com o n.º 4638, da Freguesia de Dois Portos, à qual foi atribuído um custo unitário de € 5,00/m², o que perfaz um valor total de € 172,50, arredondado para € 180,00, nos termos do ponto 2 do art.º 38.º do CIMI.-----

-----Ofício número 6746 de 12/12/2022 – deliberação de 06/12/2022.-----

-----1 – Processo CT 1300/2022 – Requerimento CT 10058/2022 – José Luís dos Santos Vieira, parcela de terreno, situada na Assenta, Freguesia de São Pedro da Cadeira, com a área de 161,50m², a retirar do prédio inscrito na matriz sob os art.º 30 da secção X, da Freguesia de S. Pedro da Cadeira, e descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras com o n.º 1740, da mesma freguesia, destinado ao alargamento da via pública, à qua foi atribuído um custo unitário de € 5,00/m², o que perfaz um valor total € 807,50, arredondado para € 810,00, nos termos do ponto 2, do art.º 38.º, do CIMI.-----

-----2 - Processo de obras OP/1917/1978 – Requerimento OP/5680/2017 – Carvalhos – Investimento e Gestão Imobiliária, S.A., parcela de terreno, situada no Casal Corado, em Torres Vedras, Freguesia de Santa Maria, São Pedro e Matacães com a área de 3.586 m² para requalificação da via pública, assim distribuídas: Cedência de 1.630 m², a que serão retirados do prédio urbano inscrito sob o art.º 4360 da Freguesia de Santa Maria, São Pedro e Matacães, e descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras sob o n.º 3511 à qual foi atribuído um custo unitário de € 5,00/m², o que perfaz um valor total arredondado nos termos do CIMI para € 8. 150,00; e Cedência de 1.956 m², que serão retirados do prédio urbano inscrito na matriz sob

o art.º 6511, da Freguesia de Santa Maria, São Pedro e Matacães, e descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras com o n.º 3511, à qual foi atribuído o valor unitário de € 5,00/m², o que perfaz um valor total arredondado, nos termos do CIMI de € 9.780,00.-----

-----3 - Processo de obras ED/94/2021 - Requerimento: ED/8753/2021 - Pedro Jorge Vieira Luis – parcela de terreno, situada na Rua das Flores, 38 em Campelos, União de Freguesias de Campelos e Outeiro da Cabeça, com a área de 82,50m² para requalificação da via pública, a retirar do prédio urbano inscrito na matriz urbana sob o art.º 2541, da Freguesia de Campelos e Outeiro da Cabeça e descrito na conservatória do registo predial de Torres Vedras com o n.º 3811, da freguesia de Campelos, à qual foi atribuído o valor de € 5,00/m², o que perfaz um valor total € 412,50, arredondado para € 420,00, nos termos do ponto 2, do art.º 38.º, do CIMI.-----

-----4 - Processo de obras ED/895/2021 – Requerimento ED/11491/202 – Pedro Filipe Luís Dias – parcela de terreno, situada na Rua das Areias, n.º 7 Rua do Rosmaninho em Casal Barbas, Freguesia do Turcifal, com a área de 159,60 m² para requalificação da via pública que serão retirados da parte urbana do prédio misto inscrito na matriz com os art.º 34 Rústico [Y] e 3530 Urbano da freguesia de Turcifal e descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras com o n.º 274, da mesma Freguesia à qual foi atribuído um custo unitário de € 5,00/m², o que perfaz um valor total de € 798,00, arredondado para € 800,00, nos termos do CIMI.-----

-----5 - Processo de obras ED/410/2022 – Requerimento ED/5806/2022 – Elisabete Duarte Antunes – parcela de terreno, situada na Rua das Areias, n.º 7 Sestearia – União de Freguesias de Maxial e Monte Redondo, com a área de 95,00m² para requalificação da via pública que serão retirados do prédio inscrito na matriz sob o artigo 3093-P, da Freguesia de Maxial e Monte Redondo e descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras com o n.º 5409 da Freguesia do Maxial à qual foi atribuído um custo unitário de € 5,00/m², o que perfaz um valor total de € 475,00, arredondado para € 480,00, nos termos do ponto 2, do art.º 38.º, do CIMI.-----

-----6 - Processo de obras ED/437/2022 - Requerimento: ED/6392/2022 - Patrícia Sofia da Silva Patrocínio – parcela de terreno, situada em Casal Janeiro, Charneca, Freguesia Silveira, com a área 63,45 m², para requalificação da via pública, a retirar do prédio descrito na matriz com o n.º 100 Rústico secção K, da freguesia de Silveira e descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras com o n.º 6465, da mesma Freguesia, à qual foi atribuído o valor de € 5,00/m², o que perfaz um valor total € 317,25, arredondado para € 320,00, nos termos do CIMI e ceder por António Reis Martins - parcela de terreno com a área de 26,62 m², para requalificação da via pública, a retirar do prédio urbano inscrito na matriz com o art.º 3388, da Freguesia da Silveira e descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras com o n.º 613, da referida freguesia, à qual foi atribuído o valor de € 5,00/m², o que perfaz um valor total € 133,10, arredondado para € 140,00, nos termos do ponto 2, do art.º 38.º, do CIMI.-----

-----7 - Processo de obras IP/68/2022 - Requerimento: IP/4655/2022 - Maria de Fátima Antunes Pereira Veloso – parcela de terreno, situada na Rua dos Marinheiros em Casalinhos de Alfaiata, Freguesia Silveira, com a área de 76,00m² para requalificação da via pública, a retirar do prédio rústico inscrito na matriz sob o art.º 236 secção Y (parte), da freguesia de Silveira, e descrito na conservatória do registo predial de Torres Vedras sob o n.º 2641, da mesma freguesia, à qual foi atribuído um custo unitário de € 5,00/m², o que perfaz um valor total € 380,00.-----

-----8 - Processo OP/142/2011 – Requerimento OP/1773/2022 – Artur Jorge Morais Mota – parcela de terreno, situada na Rua Principal, 30 em Casais da Arruda, Freguesia da Freiria, com a área 43m² que serão retirados do prédio descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras com o n.º 2804 e inscrito na matriz urbana da Autoridade Tributária e Aduaneira sob o art.º 2391 da Freguesia de Freiria, com 1550m², à qual foi atribuído um custo unitário de € 5,00, o que perfaz um valor total de € 215,00, arredondado nos termos do CIMI para € 220,00.-----

-----Ofício número 103 de 06/01/2023 – deliberação de 03/01/2023.-----

-----1 – Processo CT/1248/2022 - Requerimento CT/11590/2022 – Joaquim Manuel de Oliveira - parcela de terreno, situada na Travessa da Escola, 2, Ameal, freguesia de Ramalhal, com a área de 9,00m², destinada à requalificação da via pública, a retirar do prédio inscrito na matriz predial urbana sob o art.º 3399, da Freguesia de Ramalhal, e descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras, sob o n.º 315 da citada freguesia, à qual foi atribuído um custo unitário de € 5,00/m², o que perfaz um valor total € 45,00.-----

-----2 – Processo CT/1387/2022 - Requerimento CT/10785/2022 – Angelina Maria Antunes Botelho Lopes – 2 parcelas de terreno, com a área de 34,03m², com as seguintes características: Parcela A - com a área de 9,60m², para benefício da Rua Alto das Chitas e Rua D. Afonso Henriques; Parcela B com a área de 24,43m², para benefício da Rua Alto das Chitas e Rua Bartolomeu Perestrelo, ambas em Maxial, União das Freguesias de Maxial e Monte Redondo, destinadas à requalificação da via pública, a retirar do prédio inscrito na matriz predial urbana sob o n.º 1559 da União de Freguesias de Maxial e Monte Redondo, e descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras, sob o n.º 2261, da freguesia de Maxial (extinta), às quais foi atribuído um custo unitário de € 5,00/m², o que perfaz um valor total € 170,15, valor este arredondado nos termos do ponto 2 do artigo 38.º do CIMI, passando a ser de € 180,00.-----

-----3 - Processo de obras ED/150/2022 – Requerimento ED/1995/2022 – Idália Maria Gomes Marcelino – parcela de terreno com 10,88m², sita em Rua da Bela Vista, Casal Charnais, Montengrão, freguesia de Ventosa, para requalificação da via pública, que serão retirados do prédio inscrito na matriz sob o artigo 5415.º, da Freguesia de Ventosa, e descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras com o n.º 5472, da citada freguesia, à qual foi atribuído um custo unitário de € 5,00/m², o que perfaz um valor total de €54,40, arredondado passando a ser

- de € 60,00, nos termos do ponto 2, do art.º 38.º, do CIMI. -----
- 4- Processo de obras ED/342/2022 – Requerimento ED/4930/2022 – Vítor Agostinho Martins de Oliveira – parcela de terreno com 506,80m², para requalificação da via, sita em CM2040-3, Carvoeira, que serão retirados do prédio rústico inscrito na matriz com o n.º 106, secção “J”, da freguesia de Carvoeira e Carmões e descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras com o n.º 1297, da freguesia de Carvoeira, à qual foi atribuído um custo unitário de € 5,00/m², o que perfaz um valor total de € 2.534,00, arredondado nos termos do CIMI, passando assim a ser de € 2.540,00. -----
- 5 - Processo de obras ED/399/2022 – Requerimento ED/5641/2022 – Amândio Soeima – Investimentos, Unipessoal, Lda. – parcela de terreno com 43,30m² sita em Rua João Pereira Paulo, Casal Cochim, freguesia de Silveira, destinada à requalificação da via pública, e realização do passeio em pavê dando continuidade ao já existente no prédio confinante e que serão retirados do prédio urbano inscrito na matriz sob o art.º 7471, da Freguesia de Silveira, e descrito na conservatória do registo predial de torres vedras sob o n.º 5752, da citada freguesia, à qual foi atribuído um custo unitário de € 5,00/m², o que perfaz um valor total de € 216,50, valor este arredondado nos termos do ponto 2 do artigo 38.º do CIMI, passando assim a ser de € 220,00. ----
- 6 - Processo de obras ED/441/2022 – Requerimento ED/6438/2022 – Luís Júlio Jorge Vicente – parcela de terreno com 65,00m² para requalificação da via pública, sita em Barradas, A-dos-Cunhados, a retirar do prédio rústico inscrito na matriz sob o art.º 56, secção “X”, da Freguesia de A-dos-Cunhados e Maceira, e descrito na conservatória do registo predial de Torres Vedras sob o n.º 2894, da Freguesia de A-dos-Cunhados, à qual foi atribuído um custo unitário de € 5,00/m², o que perfaz um valor total de € 325,00, valor este arredondado, nos termos do ponto 2, do artigo 38.º, do CIMI, passando assim a ser de € 330,00. -----
- 7 - Processo de obras ED/457/2022 – Requerimento ED/6681/2022 – José Alberto Silva da Costa – parcela de terreno com 193,45m², sita em Rua Casal de Brites, Barrocas, freguesia de São Pedro da Cadeira, para requalificação da via pública, que serão retirados do prédio rústico inscrito na matriz sob o art.º 19, secção “F”, da Freguesia de São Pedro da Cadeira, e descrito na conservatória do registo predial de Torres Vedras com o n.º 1052, da citada freguesia, à qual foi atribuído um custo unitário de € 5,00/m², o que perfaz um valor total de € 967,25 arredondado passando a ser de € 970,00, nos termos do ponto 2, do art.º 38.º, do CIMI. -----
- 8 - Processo de obras ED/620/2022 – Requerimento ED/9422/2022 – José António Parrinhas Malagueta - parcela de terreno com a área de 68,24m² para requalificação da via pública, sita em Rua da Fonte, Carvalhais, freguesia de São Pedro da Cadeira, a retirar do prédio rústico inscrito na matriz com o n.º 2151, da Freguesia de São Pedro da Cadeira e descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras, sob o art.º 4699, da referida freguesia, à qual foi atribuído o

valor unitário de € 5,00/m², perfazendo um total de € 341,20, arredondada para € 350,00, nos termos do ponto 2, do art.º 38.º, do CIMI.-----

-----Ofício número 377 de 19/01/2023 – deliberação de 17/01/2023.-----

-----1 – Processo CT/1517/2022 - Requerimento CT/12049/2022 – Condomínio Rua São Gonçalo de Lagos, n.º 23 - parcela de terreno, situada na Rua São Gonçalo de Lagos n.º 23, em Torres Vedras, Freguesia de Santa Maria, S. Pedro e Matacões, com a área de 340,575m² destinados ao domínio público municipal, a retirar do prédio inscrito na matriz sob o artigo 3775, da mesma freguesia e descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras, sob o n.º 950 da freguesia Torres Vedras (S. Maria do Castelo e S. Miguel) extinta, à qual foi atribuído o valor unitário de € 5,00/m², perfazendo um total de € 1.702,88, arredondado para € 1.710,00, nos termos do ponto 2, do artigo 38.º, do CIMI.-----

-----2 – Processo CT/1193/2022 - Requerimento CT/9256/2022 – Francisco Duarte Lapas - parcela de terreno, situada em Casal de Monte Bom, União das Freguesias de A-dos-Cunhados e Maceira, com a área de 506,00m² destinados a caminho público, a retirar do prédio inscrito na matriz sob o artigo 95, secção “L”, da freguesia de A-dos-Cunhados e Maceira e descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras, sob o n.º 5281 da freguesia de A-dos-Cunhados, à qual foi atribuído o valor unitário de € 5,00/m², perfazendo um total de € 2.530,00. ---

-----3 – Processo CT/1303/2022 - Requerimento CT/10079/2022 – António Henrique Santos Rocha da Eira - parcela de terreno, situada na Rua da Varandinha, Praia Azul, freguesia da Silveira, com a área de 330,00m² que já integra a via pública, a retirar do prédio inscrito na matriz sob o artigo 4098 da freguesia da Silveira, que provem do artigo 1, secção “O” da referida freguesia, descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras, sob o n.º 7489, da freguesia da Silveira, à qual foi atribuído o valor unitário de € 5,00/m², perfazendo um total de € 1.650,00.-----

-----Ofício número 685 de 08/02/2023 – deliberação de 31/01/2023.-----

-----1 – Processo CT/1374/2022 - Requerimento CT/10670/2022 – João Lourenço Silva, n.º 23 - parcela de terreno, situada em Casais dos Ameais, n.º 3, Freguesia de Santa Maria S. Pedro e Matacões, com a área de 43,00m² destinados ao domínio público municipal, a retirar do prédio inscrito na matriz predial urbana sob o artigo 7790, e descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras, sob o n.º 3052, ambos da freguesia Torres Vedras (São Pedro e Santiago) extinta, à qual foi atribuído o valor unitário de € 5,00/m², perfazendo um total de € 215,00, arredondado para € 220,00, nos termos do ponto 2, do artigo 38.º, do CIMI.-----

-----2 – Processo de obras ED/4454/1981 – Requerimento: ED/8633/2022 – Maria do Céu Gomes Mendes Lopes Leitão - parcela de terreno com a área de 69,91m² para requalificação da via pública, a retirar do prédio inscrito na matriz sob o n.º 4791 da Freguesia de Silveira e descrito na

Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras com o n.º 3130, da mesma Freguesia, à qual foi atribuído o valor de € 5,00/m², o que perfaz o montante de € 349,55, arredondado para € 350,00, nos termos do ponto 2, do art.º 38.º, do CIMI. -----

-----3 - Processo de obras ED/878/2021 – Requerimento ED/11298/2021 – NEOC – Negócios de Ocasião, Lda. – parcela de terreno com a área de 221,76m², para requalificação de arruamento, que serão retirados do prédio inscrito na matriz sob o art.º 4610.º, secção P, da Freguesia de São Pedro da Cadeira, e descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras com o n.º 3890, da referida Freguesia, à qual foi atribuído um custo unitário de € 5,00/m², o que perfaz um valor total de € 1.108,80, valor arredondado nos termos do CIMI, para € 1.110,00. -----

-----4 - Processo de obras ED/346/2022 – Requerimento ED/4945/2022 – João Pedro Matias de Campos – parcela de terreno com a área de 21,90m², que serão retirados do prédio urbano inscrito na matriz sob o art.º 1375, da União de Freguesias de Campelos e Outeiro da Cabeça e descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras com o n.º 1506, da Freguesia de Campelos, à qual foi atribuído um custo unitário de € 5,00/m², o que perfaz um valor total de € 109,50, valor arredondado nos termos do CIMI, passando o valor a ser de € 110,00. -----

-----5 - Processo de obras ED/350/2022 – Requerimento ED/4992/2022 - Lígia Sofia Marques Sinógas – parcela de terreno com a área de 435m² para requalificação da via pública, descrita na matriz com o n.º 13 Rústico, secção P, da Freguesia de Santa Maria, São Pedro e Matacães e descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras com o n.º 1166, da Freguesia Torres Vedras (S. Pedro e Santiago) extinta, à qual foi atribuído o valor de € 5,00/m², o que perfaz o montante de € 2.175,00, arredondado para € 2.180,00, nos termos do CIMI.. -----

-----6 - Processo de obras ED/432/2022 – Requerimento ED/6309/2022 – Pedro Miguel Bernardo Marques – parcela de terreno com uma área de 55m², para requalificação da via pública, que serão retirados do prédio urbano inscrito na matriz com o n.º 4483, da freguesia de São Pedro da Cadeira e descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras com o n.º 3228, da citada freguesia, à qual foi atribuído um custo unitário de € 5,00/m², o que perfaz um valor total de € 275,00, arredondado para € 280,00, nos termos do ponto 2, do art.º 38.º, do CIMI. -----

-----7 - Processo de obras ED/471/2022 – Requerimento ED/6896/2022 – Débora Filipa Mendes Madeira – parcela e terreno com a área de 202,43m², para requalificação de arruamento, que serão retirados do prédio inscrito na matriz sob o art.º 44.º, secção K, da União das Freguesias de Carvoeira e Carmões, e descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras com o n.º 704, da Freguesia de Carvoeira, à qual foi atribuído um custo unitário de € 5,00/m², o que perfaz um valor total de € 1.012,15, valor arredondado nos termos do CIMI, para € 1.020,00. -----

-----8 - Processo de obras ED/504/2022 – Requerimento ED/7412/2022 – Álvaro Manuel Botto de Oliveira – parcela de terreno com a área de 27m², para requalificação de arruamento, que serão

retirados do prédio inscrito na matriz sob o art.º 47.º, secção D, da União de Freguesias de Carvoeira e Carmões, e descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras com o n.º 240, da Freguesia de Carmões, à qual foi atribuído um custo unitário de € 5,00/m², o que perfaz um valor total de € 135,00, valor arredondado, nos termos do CIMI, para de € 140,00. -----

-----9 - Processo de obras ED/537/2022 – Requerimento ED/7913/2022 – Valter Jorge Brás Mário – parcela de terreno com a área de 61,60m², para requalificação de arruamento, que serão retirados do prédio rústico inscrito na matriz sob o art.º 104.º, secção R, da Freguesia de São Pedro da Cadeira, e descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras com o n.º 841, da referida Freguesia, à qual foi atribuído um custo unitário de € 5,00/m², o que perfaz um valor total de € 308,00, valor arredondado nos termos do CIMI, passando o valor a ser de € 310,00. -----

-----Ofício número 794 de 16/02/2023 – deliberação de 14/02/2023. -----

-----1 – Processo CT/1439/2022 - Requerimento CT/11247/2022 – Maria do Espírito Santo Pedreira Martinho Martins - parcela de terreno, situada na rua das Arroiteias, Casal do Pinheiro Manso, União de Freguesias de A-dos-Cunhados e Maceira, com a área de 237,10m² destinados à via pública, distribuídas pelas seguintes parcelas: Parcela com a área de 88,50m² e parcela com a área de 48,60², num total de 137,10m², destinados à via pública, a retirar do prédio inscrito na matriz sob o art.º 11, da secção V, da União de Freguesias de A-dos-Cunhados e Maceira e descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras, sob o n.º 2144, da freguesia de A-dos-Cunhados; e Parcela com a área de 100,00m², destinados à via pública, a retirar do prédio inscrito na matriz sob o art.º 12 da Secção “V”, da União de Freguesias de A-dos-Cunhados e Maceira e descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras, sob o n.º 2144, da freguesia de A-dos-Cunhados, as quais foi atribuído o valor unitário de € 5,00/m², perfazendo um total de € 1.185,00, arredondado para € 1.190,00, nos termos do ponto 2, do artigo 38.º, do CIMI. -

-----2 - Processo CT/1401/2022 - Requerimento CT/10987/2022 – Maria da Conceição César Cosme Franco – parcela de terreno com a área de 450m², situada na Rua Francisco Manuel dos Santos, n.º 41, freguesia de Ramalhal, para benefício da via pública, a retirar da parte rústica do prédio, inscrito na matriz com o n.º 101.º, secção “M” e art.º 3678 e descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras, sob o n. 1411.º, ambos da freguesia de Ramalhal à qual foi atribuído o valor unitário de € 5,00/m², perfazendo um total de € 2.250,00. -----

-----3 - Processo de obras ED/569/2021 – Requerimento ED/7071/2021 – Baltazar Custódio Nunes – parcela de terreno, situada na Rua da Estrada Velha, Turcifal, com a área de 24,50m² para requalificação da via, que serão retirados do prédio inscrito na matriz com o n.º 3517, da freguesia de Turcifal e descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras com o n.º 4004, da citada freguesia de Turcifal, à qual foi atribuído um custo unitário de €5,00/m², o que perfaz um total de €130,00. -----

-----4 - Processo de obras ED/618/2021 – Requerimento ED/7752/2021 - Maria do Céu Gomes Mendes Lopes Leitão – parcela de terreno situada na Rua da Bica - Casal Cochim - freguesia silveira, com a área de 174,15m², para requalificação da via pública, a retirar do prédio urbano inscrito na matriz sob o art.º 9074, e descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras com o n.º 8061, ambos da Freguesia de Silveira, à qual foi atribuído um custo unitário de € 5,00/m², o que perfaz um valor total de € 870,75, arredondado para € 880,00, nos termos do ponto 2, do artigo 38.º, do CIMI.-----

-----5 - Processo de obras ED/679/2021 – Requerimento ED/8594/2021 - Maria Helena Santos Carimbo Franco – parcela de terreno situada em Bonabal, Freguesia de Ventosa, com a área de 110,00m² para requalificação da via pública, a retirar do prédio rústico inscrito na matriz sob o art.º 6, secção I, e descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras com o n.º 1010, ambos da freguesia da Ventosa, à qual foi atribuído um custo unitário de € 5,00/m², o que perfaz um valor total de € 550,00.-----

-----6 - Processo de obras ED/690/2021 – Requerimento ED/8714/2021 - Maria João Calado Oliveira – parcela de terreno situada em Casal Cabeça de Ferro - Casal Palear, União das Freguesias de Carvoeira e Carmões, com a área de 48,20m² para requalificação da via pública (CM 2040-1), a retirar do prédio urbano inscrito na matriz sob o art.º 2427-P, da União das Freguesias de Carvoeira e Carmões, e descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras, sob o n.º 2772, da freguesia da Carvoeira, à qual foi atribuído um custo unitário de € 5,00/m², o que perfaz um valor total de € 241,00, arredondado para € 250,00, nos termos do ponto 2, do artigo 38.º, do CIMI.-----

-----7 - Processo de obras ED/811/2021 – Requerimento ED/10576/2021 – Daniel José Branco Santos – parcela de terreno situada na Rua D. João II, Casas Novas, Freguesia de Silveira, com a área de 300m², para requalificação da via, que serão retirados do prédio rústico inscrito na matriz sob o art.º 217.º da seção “Y”, da Freguesia de Silveira, e descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras com o n.º 4852, da citada freguesia de Silveira, à qual foi atribuído um custo unitário de € 5,00/m², o que perfaz um valor total de € 1.500,00.-----

-----8 - Processo de obras ED/132/2022 – Requerimento ED/1767/2022 – ADROQ – Aterros e Urbanizações, Lda. – parcela de terreno situada em Largo de Santo António, 2 – Mouguelas, Freguesia de S. Pedro da Cadeira, com a área de 79,80m², para requalificação da via, que serão retirados do prédio inscrito na matriz sob o art.º 3925, da Freguesia de S. Pedro da Cadeira, e descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras com o n.º 3075 da citada freguesia, à qual foi atribuído um custo unitário de € 5,00/m², o que perfaz um valor total de € 399,00, que, nos termos CIMI deverá arredondado para € 400,00.-----

-----9 - Processo de obras ED/294/2022 – Requerimento ED/4284/2022 – André Filipe dos Santos

Lucas – parcela de terreno situada em Casal da Peneda, Azinhaga, Pedra, Freguesia de Ventosa, com a área de 62,50m², para requalificação de arruamento, que serão retirados do prédio inscrito na matriz sob o artigo 11.º, secção “DD”, da Freguesia de Ventosa, e descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras com o n.º 2623, da citada freguesia; à qual foi atribuído um custo unitário de € 5,00/m², o que perfaz um valor total de € 370,00.-----

-----10 - Processo de obras ED/424/2022 – Requerimento ED/6143/2022 – Vítor Miguel Jesus Gomes – parcela de terreno situada na Rua do Casal Novo, Ponte do rol, Freguesia de Ponte do Rol, com a área de 346,40m², destinada a requalificação de acesso ao longo da Rua do Casal Novo, que serão retirados do prédio inscrito na matriz com o n.º 2788-P, da freguesia de Ponte do Rol, e descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras com o n.º 1607, da citada Freguesia, à qual foi atribuído um custo unitário de € 5,00/m², o que perfaz um valor total de € 1.732,00, arredondado nos termos do ponto 2 do art.º 38.º do CIMI, passando a ser de € 1.800,00.

-----11 - Processo de obras ED/496/2022 – Requerimento ED/7299/2022 – Abílio Gonçalves da cunha – parcela de terreno situada na Quinta das Lapas, Maxial, União das Freguesias de Maxial e Monte Redondo, com a área de 26,40m², para requalificação da via pública, que serão retirados do prédio urbano inscrito na matriz sob o art.º 1099, da União das Freguesias de Maxial e Monte Redondo, e descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras sob o artigo n.º 43, da freguesia de Monte Redondo, à qual foi atribuído um valor unitário de € 5,00/m², o que perfaz um valor de € 132,00, arredondado nos termos CIMI, passando a ser de € 140,00.-----

-----12 - Processo de obras ED/562/2022 – Requerimento ED/8441/2022 – Hugo Miguel da Silva Matos – parcela de terreno, situada na Rua da Fonte da Patouguia, em Casal da Oureça, Moçafaneira, Freguesia De Ventosa, com a área de 42,00m² que serão retirados do prédio inscrito na matriz sob o artigo 5505.º - P, da Freguesia de Ventosa, e descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras com o n.º 5526 da citada freguesia, para requalificação de arruamento, à qual foi atribuído um custo unitário de € 5,00/m², o que perfaz € 210,00.-----

-----13 - Processo de obras ED/567/2022 - Requerimento: ED/8425/2022 - Luis Rodrigues Pereira Duarte – parcela de terreno, situada na Rua Casal Vale Moinho, 25 em Maxial, União das Freguesias de Maxial e Monte Redondo, com a área de 111,60m², para requalificação da via pública, a retirar do prédio urbano inscrito na matriz sob o art.º 3095 -P, da União das Freguesias de Maxial e Monte Redondo e descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras com o n.º 899, da freguesia do Maxial, à qual foi atribuído um custo unitário de € 5,00/m², o que perfaz um valor total de € 558,00, arredondado para € 560,00, nos termos do CIMI.-----

-----14 - Processo de obras ED/579/2022 – Requerimento ED/8696/2022 – Borges Gomes & Santos, Lda. – parcela de terreno, situada na Boavista, Freguesia de Silveira, com a área de 138,35m² para requalificação da via pública, que serão retirados do prédio urbano inscrito na

matriz sob o n.º 8943, da freguesia de Silveira e descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras sob o n.º 84, da citada freguesia, à qual foi atribuído um custo unitário de € 5,00/m², perfazendo o valor total de € 690,00. -----

-----15 - Processo de obras ED/692/2022 - Requerimento: ED/10700/2022 - Nelson Cristóvão Vitoriano Francisco – parcela de terreno, situada na Rua do Seixinho, Ponte do Rol, Freguesia de Ponte do Rol, com a área de 95,00m² para requalificação da via pública, a retirar do prédio rústico descrito na matriz sob o artigo 26, secção D, e descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras com o n.º 438, ambos da Freguesia de Ponte do Rol, à qual foi atribuído um custo unitário de € 5,00/m², o que perfaz um valor total de € 475,00, arredondado para € 480,00, nos termos do ponto 2, do artigo 38.º, do CIMI.-----

-----16 - Processo de obras ED/668/2022 - Requerimento: ED/10444/2022 - Rodrigo Manuel Lourenço da Silva – parcela de terreno, situada na Rua do Moinho, Serra da Vila, Freguesia Santa Maria, São Pedro e Matacães, com a área de 9,30m² para requalificação da via pública, a retirar do prédio urbano inscrito na matriz sob o art.º 4729, da Freguesia de Santa Maria, São Pedro e Matacães e descrito na conservatória do registo predial de Torres Vedras, sob o n.º 2496, da freguesia de Torres Vedras (S. Maria do Castelo S. Miguel), à qual foi atribuído um custo unitário de € 5,00/m², o que perfaz um valor total de € 46,50, arredondado para € 50,00, nos termos do ponto 2, do artigo 38.º, do CIMI.-----

-----A Assembleia MunicipOpal tomou conhecimento.-----

7.2 - PROPOSTA N.º 5/AM/2023 - TOMADA DE CONHECIMENTO DE APOIOS A FREGUESIAS (AUTORIZAÇÃO GENÉRICA DA AM DE 30/11/2021):-----

-----Na sequência da autorização genérica concedida pela Assembleia Municipal, presente informação sobre apoios a atribuir às freguesias:-----

-----Ofício número 5394 de 22/12/2022 – deliberação de 20/12/2022.-----

-----União das Freguesias de Campelos e Outeiro da Cabeça - € 15.000,00 - Apoio financeiro para dinamização de atividades da Escola 4G;-----

-----Freguesia do Ramalhal - € 5.000,00 - Apoio financeiro para o projeto Psicologia nas Escolas.-

-----Freguesia de Santa Maria, São Pedro e Matacães - € 20.000,00 - Apoio financeiro para requalificação de espaço verde no Bairro Arenas;-----

-----Freguesia de São Pedro da Cadeira - € 5.000,00 - Apoio financeiro para o projeto Psicologia nas Escolas; e € 3.500,00 - Apoio para pagamento da iluminação no Parque Verde Nossa Senhora de Nazaré;-----

-----Freguesia de Ventosa: € 5.000,00 - Apoio financeiro para o projeto Psicologia nas Escolas; e

- € 10.000,00 – Apoio para manutenção de caminhos vicinais - material e máquinas;-----

-----Freguesia do Turcifal - € 5.000,00 - Apoio financeiro para o projeto Psicologia nas Escolas; e

- € 4.000,00 – Apoio para manutenção de caminhos vicinais - material e máquinas.-----
-----Ofício número 6745 de 12/12/2022 – deliberação de 6/12/2022.-----
----- União das Freguesias de A dos Cunhados e Maceira - € 13.000,00 - Apoio financeiro para manutenção de caminhos vicinais - material e máquinas e € 36.000,00 – Apoio para a requalificação do Centro Catequético da Maceira para abertura de refeitório escolar de apoio à EB1;-----
-----Freguesia de Ponte do Rol - € 10.000,00 - Apoio financeiro para construção de muralha junto à escola de música, para estabilização do terreno; € 5.000,00 - Para o projeto Psicologia nas Escolas; € 2,500,00 - Para manutenção de caminhos vicinais, material e máquinas;
- € 5.000,00 - Para recuperação de trator histórico; e € 7.500,00 - Para manutenção de viaturas ao serviço da Freguesia;-----
-----União das Freguesias de Dois Portos e Runa - € 5.000,00 - Apoio financeiro para manutenção de caminhos vicinais - material e máquinas; -----
-----Freguesia da Freiria - € 8.000,00 - Apoio financeiro para manutenção de caminhos vicinais - material e máquinas; € 5.000,00 - Para o projeto Psicologia nas Escolas; e € 7.000,00 - Para reparação e manutenção de viaturas da junta de freguesia; -----
-----União das Freguesias de Maxial e Monte Redondo - € 10.000,00 - Apoio financeiro para aquisição de carrinha de caixa aberta com báscula; e € 5.000,00 - Para o projeto Psicologia nas Escolas.-----
-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA:-----

-----Tendo sido pedido pelo Presidente da Mesa, José Manuel Correia, a aprovação da minuta da ata da sessão, foi a mesma, aprovada por unanimidade, sem prejuízo de eventuais correções ou precisão a fazer no texto definitivo.-----

ENCERRAMENTO:-----

-----Pelas 24.15h o Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, deu por encerrada a presente sessão, da qual para constar se lavrou a presente ata, que depois de elaborada pelo núcleo de apoio, vai ser subscrita pela Mesa da Assembleia.-----
